



# Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1983

QUINTA-FEIRA

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Mário Pereira e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes, (57). Achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli (1).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor José Moreira.

O infausto acontecimento veio enlutar a população do município de Turvo onde o falecido gozava de notável estima, mercê de sua ação voltada aos interesses dos agricultores.

Outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(aa) LEÔNIDAS CHAVES, EZEQUIAS LOSSO e  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja destinada a sessão do dia 31 de outubro de 1983 à Sessão Solene em Comemoração aos 500 anos de nascimento do Reformador Martin Luther.

É o que REQUER.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício a todos os senhores deputados federais, componentes da bancada do Paraná, solicitando voto contrário ao Decreto-Lei nº 2.045.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Decreto-Lei nº 2045, representa a corporificação da política recessiva implantada pelo governo federal, que pretende repassar o ônus da crise por eles provocada, para a classe trabalhadora. Estamos convencidos de que o combate à inflação e ao desemprego, só será possível com a mudança da política econômica, e não, com o arrocho salarial. Também estamos convencidos de que o que interessa verdadeiramente à segurança nacional, é o imediato rompimento com o Fundo Monetário Internacional, a declaração da moratória e a formulação de uma política econômica emergencial, voltada aos interesses da sociedade brasileira, após serem ouvidos todos os segmentos componentes desta sociedade. É chegado o momento do Congresso Nacional dar uma demonstração de grandeza e independência, compondo a grande frente supra-partidária, capaz de recolocar o País no rumo do desenvolvimento econômico e da justiça social.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja oficiado ao doutor Claus Magno Germer, DD. secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que sua excelência estude, junto à Copasa, a possibilidade da implantação de unidades de armazenamento frigorificado de maçã nos municípios de Porto Amazonas e Guaraçuva, municípios estes maiores produtores de maçã do Paraná.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) DONATO GULIN.

#### JUSTIFICATIVA:

Temos necessidade da implantação de unidades de armazenamento da maçã no Paraná, a fim de dar maior estímulo a esta cultura através de crédito de custeio, financiamento e apoio à comercialização com a suspensão da importação do produto argentino na época da safra brasileira. Achamos que as primeiras unidades de armazenamento deveriam ser implantadas em Porto Amazonas e Guaraçuva, os dois municípios maiores produtores de maçã do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a sua excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, mostrando a necessidade de uma ligação asfáltica no trecho que liga a PR-559 à PR-466 entre os municípios de São Carlos e Tamboara, em uma distância de 5 km.

A presente solicitação prende-se ao fato de que esta ligação encurtaria a distância de mais de 23 km, entre o município

de São Carlos do Ivaí e o município de Paranavaí e que nesse trajeto encontra-se situada a Distilaria São Carlos, de extração de álcool da cana-de-açúcar.

Na atual crise de petróleo, a referida solicitação seria de grande valia para as populações de ambos os municípios beneficiários de tal iniciativa

As populações deste municípios anseiam por este benefício a vários anos, nos quais, os governos anteriores não tiveram sensibilidade política, a partir disso, a nossa solicitação para que aquela população seja beneficiada por tão importante obra.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, digníssimo secretário da Cultura e do Esporte, solicitando a inclusão no orçamento de 1984, daquela Pasta, de verba para remodelação do Estádio de Tupãsi, e construção de canchas de esportes e parques infantis nos distritos de Jotaesse, Palmitolândia e Brasiliana, em atenção à reivindicação dos vereadores Aparecido Damasceno, Amaury Visentin e Adão José Rodrigues da Silva, e Brulino de Mendonça e João Jair Ribeiro, membros do Diretório Municipal do PMDB de Tupãsi.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de que na nova lei da Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja elevada à comarca de Marialva de entrância INICIAL à entrância INTERMEDIÁRIA.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato de que, atualmente, há excessivo volume de matérias discutíveis, tanto na área criminal como na área cível, o que evidentemente vêm causando protelamento nas decisões por parte do Judiciário.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER seja enviado ofício às diretorias das empresas construtoras de postes de concreto denominadas "POSTES ROMAGNOLE" no município de Mandaguari e "POSTES PARANÁ" do município de Maringá, bem como às similares paranaenses do setor, solicitando-lhes a montagem de projeto do que seria o POSTE DE CONCRETO PADRÃO POPULAR, (de baixo custo) para um estudo comparativo mais concreto a respeito da validade da aventura do poste de madeira num Paraná ecologicamente devastado.

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado às diretorias das empresas paranaenses construtoras de postes de concreto, solicitando-lhes que remetam não apenas a esta Casa de Leis, como também à Secretaria de Estado do Interior, projeto alternativo de postes de concreto de baixo custo, com vistas à sua utilização no programa de governo do Estado da ELETRIFI-

CAÇÃO RURAL. Em que pesem as razões apresentadas em recente Fórum de Debates sobre o tema, o ciclo do poste de madeira num Estado carente de reservas florestais assemelha-se ao absurdo que seria, por exemplo, o norteamento de edificação de CASAS POPULARES DE MADEIRA PELA COHAPAR num montante histórico que deixou de ser propício para tanto. De qualquer forma, porém, o tema está a merecer tratamento mais aprofundado... num momento em que, prioritariamente, a COPEL já deveria estar plantando árvores... enquanto vai discutindo o poste de madeira cujo relativo prolongamento de existência não se faz sem a concorrência cara de produtos multinacionais ditos de imunização.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Chefe do Poder Executivo, consubstanciado em apelo, no sentido de ser regularizada a situação dos Despachantes Oficiais junto ao Detran, assegurando-lhes, através nomeações em caráter definitivo, os serviços que vêm prestando ao Estado, a título precário.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente os despachantes oficiais junto ao Detran, vêm prestando seus serviços com nomeações e designações a título precário, o que estabelece certa insegurança, bem como situação que a desvincula de uma maior responsabilidade perante o poder público.

Os seus serviços devem merecer melhores atenções dos poderes públicos, atribuindo-lhes, juntamente com as responsabilidades, certa segurança para que melhor desempenhem suas funções, das mais meritórias perante a nossa população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor aos dirigentes da Campanha do "Barão", para a reconstrução das residências atingidas pelas enchentes, campanha liderada pela Cruz Vermelha Brasileira, que é dirigida pelo doutor LAURO GREIN.

Requer, uma vez aprovado o requerimento, sejam feitas as necessárias comunicações aos homenageados.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

Amanhã será marcado um dia deveras importante dentro da comunidade paranaense. Eis que, através da liderança do doutor LAURO GREIN, presidente da Cruz Vermelha Paranaense, uma equipe de denodados confrades, desencadearão a campanha do "Barão", que objetiva a reconstrução das centenas de residências atingidas pelo flagelo das enchentes na região Sul do Estado, especialmente nos municípios de Porto União e União da Vitória. Trata-se de uma meritória campanha, que merece o apoio incontestado desta Casa e de toda a comunidade, pois a situação daquelas famílias atingidas pelas enchentes é lastimável e dolorosa.

Assim, além do apoio que emprestaremos a esta campanha, queremos também homenagear a equipe de trabalho, através de seu líder, doutor LAURO GREIN.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o senhor deputado Deni Schwartz, digno secretário de Estado dos Transportes, consubstanciado em solicitação no sentido de ser incluído o distrito de Santa Rita d'Oeste no traçado de construção da rodovia que ligará os municípios de Nova Santa Rosa a Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz tendo em vista os apelos da laboriosa população de Santa Rita d'Oeste, que há longo tempo vem solicitando melhorias na infra-estrutura de estradas locais com a finalidade de viabilizar o escoamento da rica produção agrícola ali produzida.

Atualmente enormes prejuízos vem tendo aquela região já com perdas inestimáveis para a economia estadual, face às dificuldades no escoamento, das abundantes safras agrícolas ali produzidas, pelas péssimas condições das estradas.

Neste sentido é que se encaminha o presente apelo à Secretaria dos Transportes, sempre atenta às justas reivindicações de nosso povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o senhor desembargador Alceu Conceição Machado, apelando no sentido de que, no projeto da nova lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o distrito de Carajá, no município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista que o distrito de Carajá, dista mais de 20 km da sede do município de Jesuítas, ocasionando inúmeros problemas à sua numerosa população, no trato das causas judiciais.

Distrito administrativo criado em 2 de setembro de 1977, Lei nº 6.919, Carajá possui uma laboriosa população que de longa data vem reivindicando melhorias naquela rica região de Jesuítas, inclusive com relação aos problemas judiciais.

É nesse sentido que formulamos o presente apelo que temos a certeza merecerá do Poder Judiciário o melhor de suas atenções, já que a sua finalidade, como sempre vem a de ser, o trato da causa pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor NELTON FRIEDRICH, digníssimo secretário do Interior, solicitando a inclusão no orçamento de 1984, daquela Pasta, de uma verba ao município de Guaraniaçu, para implantação da rede de distribuição de água nos distritos de Diamante, Guaporé, Planaltina, Santa Bárbara, Bela Vista e Borman, utilizando o mesmo sistema adotado no distrito de Campo Bonito, através de micropoços.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

Os distritos acima mencionados possuem aproximadamente 1.000 habitantes em suas sedes, necessitando assim, de um melhor atendimento no tocante ao fornecimento de água.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício as Excelentíssimas senhoras GILDA POLI ROCHA LOURES, digníssima secretária da Educação e LILIAN ANNA WACHOWICZ, digníssima superintendente da Fundepar, solicitando a construção de 06 (seis) salas de aulas na Escola Estadual "José Ângelo Baggio Orso", localizada no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

O referido estabelecimento conta com aproximadamente 1.200 alunos matriculados, distribuídos em quatro períodos, em horários que não condizem com o bom desenvolvimento pedagógico, dificultando a aprendizagem dos alunos, e higiene do prédio.

Em 1982 foi constatada pela Fundepar, a necessidade da ampliação do número de salas, na época em número de 04 (quatro), através do ofício nº 716/82-DA, no entanto, analisando a situação atual, chegou-se à conclusão que a construção de 06 (seis) salas de aulas será ideal para atender a contento os alunos que freqüentam o estabelecimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Justiça, no sentido de serem viabilizados estudos atinentes à criação de um cartório para funcionamento no distrito judiciário de Marilú, no município de Iretama.

De iniciativa do senhor Guaeter Alves de Oliveira, vereador da Câmara municipal de Iretama, tal medida viria de encontro às necessidades e anseios da população do referido distrito, e tendo em vista que o município de Iretama já possui estrutura para o funcionamento de dois estabelecimentos deste gênero.

Por tudo o que foi acima exposto, e na tentativa da Justiça a todos atender, inclusive aqueles que compõem a população mais interiorizada, cremos que a implantação do cartório no distrito de Marilú virá de encontro aos anseios da população do município de Iretama.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, pedido de verbas para a Associação Hospitalar Santa Casa de Misericórdia, bem como incluí-la no orçamento de mil novecentos e oitenta e quatro, no município de Campo Mourão. De iniciativa do vereador Haroldo Gonçalves Netto, aprovada por unanimidade pelo Legislativo daquela cidade citada anteriormente, tal objetivo por certo, irá proporcionar àquele órgão de assistência à coletividade, maiores condições de atendimento aos que dela necessitam.

Pelo exposto, acredito ser da maior importância e urgência, a liberação de subsídios financeiros destinada àquela entidade assistencial.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário

o encaminhamento de solicitação oficial dirigido a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido da estadualização da Escola de Iretama, Ensino de segundo grau, Curso de Contabilidade, no município de Iretama.

De iniciativa do senhor Guaeter Alves de Oliveira, vereador da Câmara Municipal, de Iretama, a medida em questão visaria a extinção da taxa mensal que atualmente vem onerando os alunos daquela escola, e cuja cobrança se destina a quitar os compromissos de pagamento de professores e outros. Atualmente a Escola de Iretama vem funcionando particularmente e sendo mantida pela CNEC.

Certo de que a medida proposta será brevemente atendida pela Titular da Pasta de Educação em nosso Estado, reafirmo neste momento a necessidade de, com medidas deste gênero, melhorarmos a facilidade de acesso às escolas pela população de baixa renda.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, para que seja estudada a viabilidade de ser colocado à disposição um escrivão, reforma de viatura policial, bem como mais quatro policiais, para o Organismo Policial pertencente ao município de Roncador. Tal medida por certo, virá a beneficiar toda aquela rica e imensa região, tendo em vista que a reivindicação dotará o município de uma maior capacidade de operacionalidade.

Pelas razões expostas, acredito ser a solicitação citada, de capital importância para toda aquela coletividade.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente aos ministros da Agricultura e Área Econômica, solicitando o restabelecimento de (1) uma linha de crédito específica e permanente para a pecuária de grande porte do Estado do Paraná, amplamente atingida com as últimas chuvas que precipitaram sobre o Estado.

Sugere, também, adoção pelo governo federal de um programa de combate à febre aftosa e brucelose nos moldes da campanha nacional de combate à paralisia infantil.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(aO LEÔNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o soberano Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, do discurso proferido pelo senhor deputado federal Ulysses Guimarães na Câmara Federal, em data de 24 de agosto de 1983, que se faz anexo.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA: Será apresentada oralmente em plenário.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 128/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Comitê

de Ação Social — CAS, com sede e foro na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, encontram-se determinadas e explicitamente identificadas na documentação em anexo, bem como no atendimento das formalidades previstas na legislação pertinente.

#### PROJETO DE LEI Nº 129/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE DOS SERVOS DA EUCARISTIA, com sede na cidade de PONTA-GROSSA, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição está pautada nos relevantes serviços que a "Sociedade dos Servos da Eucaristia" vem prestando à comunidade pontagrossense, cujos objetivos visam, através do exercício do Apostolado junto à juventude masculina, acrescido de ensinamentos escolares equivalentes ao primeiro grau, proporcionar aos que a ela afluem, formação moral, cívica e religiosa.

Constitui uma sociedade sem fins lucrativos, e encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades, atendendo as disposições expressas por lei.

Diante do exposto, nada mais justo que aludida Entidade venha a ter reconhecida a sua condição, que por si justifica a nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, nobres senhores deputados.

No decorrer de toda nossa longa vida pública nós encontramos homens na administração e na política, homens pequenos, homens médios e homens de alta estatura moral, como o engenheiro Ivo Arzua Pereira que foi diretor do DER, superintendente do Porto de Paranaguá, superintendente da Telepar, prefeito eleito pelo voto popular de Curitiba e ministro da Agricultura. Este é um homem pobre; homem que tem uma aposentadoria irrisória, cerca de Cr\$ 150.000,00, e que precisa ainda trabalhar para prover sua subsistência. Homens desse quilate e dessa natureza é dever nosso, de qualquer homem público, de qualquer político e de qualquer cidadão, defendê-los, quando, por ventura, se levanta alguma dúvida sobre a sua atuação na vida pública, sobre a sua honorabilidade pessoal. Foi muito infeliz o nobre deputado Edmar Luiz Costa - que eu prezo, admiro e aprecio - quando, a pretexto de defender o doutor José Maria Faria Ratton, que não precisa de defesa, diga-se de passagem, porque é outro homem, superintendente do IPE que eu conheço há muitos e muitos anos e atesto ser um homem de bem e não precisa de defesa de quem quer que seja nesta Casa. Mas, o nobre deputado Edmar Luiz Costa, a pretexto de defendê-lo, assacou inverdades e até injúrias ao ex-superintendente do IPE engenheiro Ivo Arzua Pereira. E para que essas acusações que se fizeram da tribuna desta Casa não transitam em julgado, para que amanhã os pósteros ao

lerem os Anais da Casa e depararem com essa verdadeira ignomínia contra um homem público de bem, é que estou fazendo sua defesa, encaminhando à Mesa, ouvida a Casa, o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a expedição de convite ao Engenheiro IVO ARZUA PEREIRA, ex-superintendente do Instituto de Previdência do Estado, com a finalidade de solicitar seu comparecimento a esta Casa de Leis, em data, hora e local a serem designados para que o mesmo preste esclarecimentos a esta Assembléia, sobre sua administração frente àquele Instituto e, notadamente, acerca dos assuntos abordados em sessão plenária, objeto de discurso proferido recentemente pelo nobre deputado Edmar Luiz Costa.

Tal pedido, prende-se à urgente necessidade de restabelecer a verdade, oportunizando ao senhor IVO ARZUA PEREIRA, a possibilidade de fornecer a esta Casa, os elementos necessários à restauração plena de sua capacidade e honesta imagem pública, desnaturando as aleivosias contra si lançadas.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1983.

(a) Erondy Silvério”

Era este o requerimento, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, senhor deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Senhor presidente e senhores deputados:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está de parabéns por ter promovido o III Fórum de Debates, na nossa opinião, o mais importante dos três quando se tratou do importante tema “ELETRIFICAÇÃO RURAL — Redução de Custos e seu Papel Social”.

Infelizmente, senhor presidente, ontem, o deputado Jorge Maia, quem sabe por não ter acompanhado durante todo o dia, toda a terça-feira, o transcorrer dos debates acerca desse tema, teceu considerações que não espelham a realidade do que foi discutido e dos propósitos a que se propunha aquele Fórum de Debates. Assim é que o deputado Jorge Maia, ontem, da tribuna desta Casa, afirmou que no III Fórum de Debates estavam ausentes os técnicos da Copel e que transformou-se aquele Fórum numa guerra, numa disputa, entre postes de concreto e postes de madeira parecendo que a Secretaria do Interior estaria se transformando num “lobby” a favor dos postes de madeira. Afirmou também, o deputado Jorge Maia, que, os empresários fabricantes de postes de concreto do Estado do Paraná estariam desesperados e que não teria sido dada oportunidade a esses empresários fabricantes de postes de concreto, a usarem da palavra, na terça-feira passada. Ora! Senhor presidente, senhores deputados, não é verdade. A ausência dos técnicos da Copel, estavam presentes durante todo o dia, vários técnicos que acompanharam todo o desenrolar naquela terça-feira; estavam presentes desde a manhã, desde o início até o término, o presidente da Copel, o engenheiro Ari Queiroz e que, sempre pronto a responder qualquer pergunta a ele formulada, e não se tratava, não se tratou e não se trata, de guerra entre poste de madeira e poste de concreto, o que quer o Governo do Paraná, o que esperam os paranaenses e os agricultores, é que se baixe o custo da eletrificação rural. E nós tivemos oportunidade, nesta terça-feira, escutando técnicos de diversas áreas do País, diversas empresas do País, de verificar que é possível baixar os custos da eletrificação rural. E vimos engenheiros com larga experiência em eletrificação rural, desmistificando a engenharia no que concerne à execução de redes de eletrificação rural,

como bem disse o professor José Hisbello, da Empresa Concessionária do Rio de Janeiro, e que considera, uma linha de eletrificação rural, como um varal de estender roupa, mais alto, que o agricultor pode interferir também, ajudando com a sua própria mão-de-obra, a baratear o custo. O poste de concreto, ou de madeira, utilizado será pela Copel, aquele que for mais barato porque o que interessa ao Paraná é que o agricultor da nossa terra não continue na escuridão, no Estado que mais produz energia elétrica do Sul do País, e o que menos propriedades tem, eletrificadas, no Sul do Brasil. Poste de concreto, ou poste de madeira; a luta pelo poste de madeira foi mais, um simbolismo, para que a Copel, se abrisse à discussão e felizmente a esta foi aberta e hoje há um consenso, haja vista até, os pronunciamentos dos deputados Airton Cordeiro e Edgar Pimentel, dos vários deputados do PMDB que lá estiveram, e que não havia discordância quanto à necessidade fundamental de se baratear o custo. O deputado Jorge Maia, infelizmente acho que não entendeu o espírito do III Fórum de Debates que é, na realidade, a busca de melhoria de condições de vida para o homem do campo; é a busca da redução dos custos da eletrificação rural!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para o Pequeno Expediente, senhor deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente e senhores deputados.

Queremos registrar e agradecer a presença do senhor prefeito municipal de Curitiba, Maurício Fruet, à CPI da Falência dos Municípios, conquanto, em função das comemorações alusivas à Semana da Pátria, não tenhamos podido levar a uma conclusão, sobre os problemas de Curitiba, no presente instante.

Adiantamos ainda, que, para a próxima quinta-feira, não só o prefeito Maurício Fruet, mas também o próprio secretário de Estado do Planejamento, senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, o presidente do IPUC e o presidente da Famepar estarão discutindo com os deputados desta CPI, as possibilidades de instituição de um órgão de planejamento que possa reger o desenvolvimento harmônico não só dos municípios privilegiados, dos grandes municípios, mas também, daqueles mais carentes que nem mesmo recursos possuem para montagem de projetos que lhes são indispensáveis à própria sobrevivência. Senhores deputados, avaliando e fazendo minhas as palavras do senhor deputado Mário Pereira, sobre a excelência do Fórum de Debates a respeito da Eletrificação Rural, pretendo prosseguir dizendo que recebemos a visita de vários empresários do setor de postes de concreto do Estado do Paraná, preocupados com a programação específica e grandiosa do Governo Richa em termos de eletrificar os nossos campos. De minha parte, após as razões ouvidas, apresentei uma proposta consubstanciada em ofício por nós hoje apresentado nesta Casa. Neste requerimento, estamos pedindo aos construtores de postes de concreto, para que apresentem um “projeto de poste de baixo custo” ao qual estamos chamando de “padrão popular”, mesmo que, num Paraná ecologicamente devastado, num Paraná sem florestas, temos que a aprofundar bem mais os debates. Inúmeras empresas paranaenses, dedicam-se à construção dos postes de concreto, e o Paraná sem reservas florestais, deveria adquirir em outros lugares, encarecendo sobremaneira aquilo que seria o símbolo do baixo custo da eletrificação rural.

Acreditamos profundamente que o poste de madeira deve ser um símbolo, por enquanto, que a Copel deve começar por plantios em grande escala de eucaliptos e outros similares, para que se possa prover de fato, e levar adiante

esse barateamento, através de compromisso firmado já por alguns empresários. Eles se propõem demonstrar que a diferença econômica entre o poste de concreto e o poste de madeira nas atuais condições em que está o Paraná, chegará a ser, na prática, quase que o mesmo, além de fatores de resistência às ações do tempo, às intempéries; o tema, por envolver muito de importância para o presente momento do Paraná, deve merecer maior aprofundamento. Seria incoerente, por exemplo, a Cohaparcomeçar a fazer apologia da construção de casas populares de madeira, incoerente pela própria razão ambiental do Paraná, devastado ecologicamente.

É por essa razão, que o nosso questionamento pretende ser apenas um ponto a mais para discussão. É possível, e vamos tentar através de um amplo debate, viabilizar as duas formas, e especificamente, conceder prioridades aos empresários paranaenses do setor que oferece mão-de-obra, ICM e progresso para o nosso Estado.

Era só, senhor presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Edgar Pimentel, inscrito.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo esta tribuna, para tecer considerações sobre dois assuntos que a meu ver necessitam apreciação desta Casa.

O primeiro assunto diz respeito à notícia veiculada nos jornais, na imprensa, de que o Brasil celebrará dentro de breves dias contrato para importação de milho e arroz. Para nós que somos homens identificados com a agricultura e com os seus problemas, causa espanto mais esta medida a ser tomada pelo Governo Federal e mais propriamente pelo Ministério da Agricultura. Porquanto, entendemos que o Brasil, um País de dimensões continentais, o Brasil, um País eminentemente vocacionado para a agricultura, para a pecuária, tenha que importar produtos agrícolas que ao nosso ver não deixa de ser uma medida vergonhosa que cobre de vergonha a todos os brasileiros.

Isto tem acontecido porque neste País não existe uma política agrícola definida, e todos sabemos que as cooperativas agrícolas, os sindicatos dos trabalhadores do campo, as sociedades rurais têm procurado sensibilizar o Governo para que se estabeleça uma política agrícola definida, com objetivos claros, com zoneamento rural que possa permitir a distribuição das terras para a produção agrícola no imenso território nacional.

E o que é pior? Essas medidas quase sempre são tomadas sem que a classe rural, sem que as suas lideranças sejam ouvidas. Assim é que, mais uma vez o Ministério da Agricultura que anunciou recentemente que irá importar leite em pó, e com essa medida vai desestimular a Pecuária leiteira do nosso Estado que tem investido para a melhoria do seu rebanho. E o Governo que deve, acima de tudo, provocar estímulo, tem sido o Governo o instrumento desestimulador das atividades agro-pastoris.

Nós temos consciência do compromisso que assumimos com o homem do campo, especialmente no Oeste e Sudoeste do Estado, onde consagramos mais de vinte anos dedicado à agricultura, e o deputado Mário Pereira como eu, temos um pacto firmado com as cooperativas do Oeste em defender o mais legítimo interesse do homem do campo.

De forma que, nesta hora, quero registrar a indignação de todos os produtores rurais do Paraná e por que não do Brasil, com esta medida anunciada de importação de milho e arroz.

Nós queremos sim, que haja um clima, uma condição propícia para o desenvolvimento dessas culturas neste País, porque nós temos clima e solo para tanto.

Queremos que essas medidas, ao mínimo para serem toma-

das possam ser discutidas pelas classes produtoras do nosso Estado. Se é que eles vão importar milho e arroz, acho que melhor seria, como sugestão, oferecer às autoridades do País, a determinadas autoridades deste País, que se importe um pouco de vergonha lá de fora, porque acho que muitas das nossas autoridades já perderam definitivamente.

Era só o que tinha a dizer, senhor presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, senhor deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Senhor presidente, nobres senhores deputados. (Lê):

“Já tivemos oportunidades repetidas de ouvir de eminentes deputados no nosso Partido, manifestações de indignação pelas injustificáveis atitudes adotadas pelo Governo do Estado, no tocante à nomeação de diretores de Escolas.

Somamos às denúncias já formuladas, a de que no Município de Guaraci, também ocorreu desrespeito à vontade popular e aos melhores critérios de Justiça, que devem nortear a ação daqueles investidos em funções públicas.

Refiro-me, nobres Pares, à interrupção de um trabalho sério e eficiente que vinha sendo desenvolvido pela experimentadora professora Clarice Talj Barbosa, na direção da Escola João de Giuli.

A mencionada educadora possui notável “currículum vitae”. Iniciou suas atividades de 1958, tendo sido uma das fundadoras da Escola João de Giuli, da qual foi diretora nos últimos oito anos. É graduada em Matemática (Licenciatura Plena) e Administração Escolar (Pedagogia). Participou dos seguintes cursos:

- Teoria da semelhança (Matemática);
- Estudo Dirigido da Matemática;
- Atualização em Psicologia Educacional;
- Estágios (2) supervisionados em ambas as licenciaturas;
- Encontro dos Professores Explicitadores de cursos de Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1º Grau;
- Curso de Aperfeiçoamento de Diretores e Pessoal Técnico-Administrativo;
- Curso para Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1º Grau em Ciências (5ª a 8ª Séries);
- Curso de Atualização para Diretores dos Estabelecimentos de Ensino de 1º Grau - Expansão III;
- Curso de Atualização para Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 1º Grau;
- Curso de Atualização em Avaliação da Aprendizagem.

Mercê de sua capacidade, ministrou os seguintes cursos:

- Curso de Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1º Grau - Expansão III em Fundamentação Didático-Pedagógica;
- Curso de Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1º Grau - Expansão III, em Ciências.

A comprovar o seu invulgar preparo, foi aprovada no Concurso Público do Quadro Próprio do Magistério Paranaense, Grupo Ocupacional Professor MPP-100, área de atuação 1º e 2º Graus na disciplina de Matemática, média 8,2, classificando-se em 1º lugar, em 15 de fevereiro de 1980.

Submetendo-se ao voto dos alunos, funcionários e professoras da referida unidade de ensino, foi a professora Clarice Barbosa a mais votada. Demonstrando-se assim, a aprovação do seu trabalho.

É oportuno ressaltar que, além dos eleitores, representantes integrantes da sociedade guaraciense, inclusive, o atual Presidente do Diretório Municipal do PMDB, manifestaram solidariedade à imparcial e dedicada educadora.

Para surpresa de todos, porém, foi nomeada diretora da Escola João de Giuli a professora Laura Kimura, segunda coloca-



da na votação. Pelas notícias, foi o prefeito municipal de Guaruapuava, do PMDB, que exigiu a nomeação da mencionada professora menos votada, evidentemente, pelo fato de ter sido sua "cabo eleitoral", pois, o "curriculum vitae" desta, não justificaria a escolha.

Realmente, embora o respeito que merece a professora Laura Kimura, não tem ela as mesmas qualificações da professora Clarice Barbosa, preterida pelo comando político exercido pelo senhor prefeito municipal. Segundo se sabe, não tem nenhuma experiência em administração, e tão somente possui as licenciaturas plenas de Matemática e Pedagogia (com especialização em coordenação) e cursos de:

- Aperfeiçoamento para Ensino de 1º Grau em Ciências, feito em 1977;
- Aperfeiçoamento para Reforma de Ensino de 1º Grau, em 1980;
- Educação e Informação em Saúde Reprodutiva, em 1981 e
- Atendente de Saúde Escolar em 1979.

Tampouco condições apresenta, pois, tem se ocupado em perseguir professores não aliados com ela na eleição, tendo chegado a dizer, em plena sala de aula, que nos próximos anos, muitos deles não lecionarão mais naquela escola.

Em nome de co-estaduanos de Guaraci e de educadores, classe da qual com muita honra nos incluímos, registramos nosso veemente protesto por mais este lamentável desrespeitoso e injusto ato que também vem mostrar a falência da chamada "democracia participativa", propalada pelo atual Governo."

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

A Mesa atende e considera como lido o pronunciamento de Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO DE ALENCAR FURTADO — Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Apenas para solicitar a transcrição, nos anais desta Casa, de um artigo publicado no "O Estado do Paraná" pelo doutor René Ariel Dotti, com o título "Cartas ao Governador do Paraná", "Léo de Almeida Neves, uma segunda cassação?" (Lê):

"O episódio da demissão de Léo de Almeida Neves da presidência do Banestado constituiu a notícia e o tema de interesse predominantemente político nas últimas semanas. O evento coincidiu com os rumores de que o governador José Richa iria promover mudanças no secretariado. Como consequência, o afastamento poderia ser interpretado por alguns setores da sociedade como a primeira das medidas de substituição.

No entanto, a imprensa e outros meios de comunicação encarregaram-se de eliminar as possíveis dúvidas: Léo foi demitido porque, como ele próprio disse em elegante informação, havia "divergências de estilo" entre os comportamentos funcionais do presidente do Banestado e o secretário de Finanças.

A imprensa, que fez ressoar nacionalmente o insólito e precipitado gesto político da demissão, vem sendo também o meio de esclarecimento de suas causas e circunstâncias. Além disso, transmite as manifestações de solidariedade prestadas ao atingido por grandes homens públicos do Estado e do País.

E foi justamente através da imprensa que conheci Léo de Almeida Neves. Ou melhor: foi na redação do "Diário do Paraná", lá pelos tempos de 1956 ou 1957 quando eu ensaiava alguns pequenos trabalhos de crônica literária e crítica de teatro. Ayrton Baptista era o secretário e entre o seu gabinete e a grande sala de redação passaram o Mazza, o Walmor Marcelino, o Virmond, o Walmor Coelho e outros amigos, como o Léo e o próprio José Richa.

O mundo da informação através da notícia, da reportagem, da crônica, da crítica e outras formas de expressão era menos abrangente e complicado, porém, mais compreensível e modelável. Graças à menor velocidade e alcance dos instrumentos de comunicação, havia tempo suficiente para interpretar os acontecimentos durante os intervalos entre as notícias. Em lugar da imagem direta que as redes de televisão transmitem entre os continentes, o rádio, o teletipo e o telefone passavam os fatos com atraso é verdade, porém com maior emoção e expectativa.

A redação do jornal era um fórum permanente de discussão aberta e livre entre os jornalistas e o público. Quando o jornal estava rodando, alguns exemplares eram apanhados por redatores e repórteres que fiscalizavam a estampa do próprio texto. Era uma sensação de "domínio" sobre o fato; o jornalista não era o simples informante mas o próprio escultor do homem e da realidade.

Léo de Almeida Neves era, naquela atmosfera de trabalho, de discussão e reflexões, o excelente repórter sindical, o editorialista lúcido e progressista, além de atuar em outros setores como ocorria com o noticiário internacional que atendia junto com o Nuevo Baby.

Como ex-bancário, adquiriu a experiência e a sensibilidade sobre os problemas entre o empregador e o empregado que iriam modelar um comportamento futuro na vida parlamentar e política. de moderação, inteligência e lealdade.

No ano de 1966 foi o candidato mais votado para deputado federal, mandato que lhe foi usurpado em 1969 de forma melancólica, segundo notícias que extravasaram da reunião do "conselho de cassação". A reunião já estaria encerrada com o novo rol das vítimas políticas, quando Costa e Silva lembrou de mais um nome estranho à lista dos "corruptos" e "subversivos": era o deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Léo de Almeida Neves.

Dez anos mais tarde, precisamente quando teve restaurados os seus direitos políticos, Léo de Almeida Neves recebeu de seus amigos, da classe política, da imprensa e da comunidade em geral uma grande consagração. Antigos companheiros como Leon Naves Barcelos, Júlio Rocha Xavier e Ayrton Baptista formavam na primeira fila de uma multidão que se multiplica ao longo dos anos.

Candidato novamente ao Parlamento nacional nas eleições de 1982 obteve grande e confortadora votação que o colocou entre os primeiros suplentes de seu partido, Léo de Almeida Neves reiniciou vigorosamente a sua vida pública.

O ato de demissão, nas circunstâncias impactantes e surpreendentes que o envolveram, assumiu as peculiaridades de um "ato de força". Uma espécie singular de duelo de forças onde o provocador do confronto é também o seu árbitro e o único vencedor, desde o momento em que, montado em fogoso cavalo, usa a lança e o escudo não para disputar, mas para oprimir o suposto competidor, desarmado e a pé. A frase "ou eu ou ele" é a expressão de despotismo e das formas primitivas nas contendas políticas que se devem caracterizar pelo empenho e pelos sacrifícios pessoais em favor do interesse público.

Em suas visitas às redações dos jornais, agora para agradecer o apoio da imprensa e anunciar que retorna à iniciativa privada — com todas as suas altas qualificações de homem de cidadão e de técnico — Léo de Almeida Neves não está, certamente, fazendo a peregrinação do adeus à vida pública.

Uma comunidade inteira protesta contra essa aparente disposição, de última vontade, como se fosse um testamento precipitado. Assim como a bancada do seu partido que corajosamente se opôs ao ato insólito da demissão, todos os homens de bem de nosso grande Paraná impedirão que se consuma a violência em todos os seus tristes e maléficos efeitos.

Não queremos mais assistir impassíveis ou distantes; temerosos ou indiferentes; revoltados ou impotentes a reencenação das cassações políticas. Simplesmente porque a cassação, sem forma nem figura de juízo, em holocausto às garantias de liberdade do cidadão é uma pena terrível. Que pelas suas conseqüências morais, se estende para muito além da vítima do arbítrio; porque penetra no coração e na alma de uma sociedade inteira.

Até logo mais, nobre deputado Léo de Almeida Neves. Até logo mais em qualquer lugar onde se possa, livre e abertamente falar em torno dos homens, das coisas e da vida e sempre no interesse público. Numa redação de jornal sem censura, num Parlamento sem atrofias, num governo sem rasputins ou até mesmo numa praça onde o povo, a descoberto, sabe levantar e derrubar estátuas."

Ainda, senhor presidente, o seguinte pedido de informações: (lê):

"I — Se o Secretário do atual Governo, senhor Erasmo Garanhão, é funcionário de empresa privada e se esta empresa é de capital multinacional? Caso a resposta seja afirmativa, informar sobre o tipo de vínculo, os salários que recebe e seus compromissos funcionais;

II — Se o Governo autorizou o uso pessoal e particular de telefones públicos em residências de Secretários do Governo? Especificamente, se o telefone que estava à disposição do departamento financeiro contábil da FUNDEPAR está instalado hoje na residência do Secretário de Finanças?

III — Se a Secretaria de Finanças autorizou viagem de funcionário do gabinete ao exterior para gestionar a contratação de técnicos? Se foi realizada viagem de qualquer funcionário ao exterior e a que título?

IV — Quantos funcionários estrangeiros foram contratados pela Secretaria de Finanças, por que período e quais os salários e despesas? Se contratados?"

Era esse o pedido de informações que passarei à Presidência para dar o devido encaminhamento, com a devida justificativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, senhores deputados.

No último dia 24, o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, proferiu no Congresso Nacional, um discurso em que colocou, em síntese, a posição do PMDB frente ao problema institucional, político, econômico e social do Brasil.

Nós queremos, senhor presidente, alinhar aqui, as razões que nos levam a pedir a transcrição desse discurso proferido pelo Presidente Nacional do PMDB, e essas razões nós queremos alinhavá-las, dizendo o seguinte à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: (lê)

"Por estudos específicos realizados em diversas organizações técnicas, tanto públicas quanto particulares ou representativas de classe, presume-se que, cerca de quase dois terços do valor do capital da indústria brasileira, encontra-se agrupado entre empresas estrangeiras. Porém, se levarmos em conta o universo das grandes empresas que lideram cada ramo de atividade perceberíamos, facilmente, a elevação desta proporcionalidade.

Por outro lado, com a política de incentivos marcando a plataforma das exportações industriais e agrícolas brasileiras, percebe-se que, as empresas multinacionais ou transnacionais, desfrutam e continuarão desfrutando, totalmente, dos abundantes recursos subsidiados ao comércio exportador brasileiro.

Nesta hora, cabe a interrogação sobre nossa legislação fazendária.

Apesar de se poder considerar sumária, as informações sobre o elevado grau de infiltração de capital estrangeiro em nossa economia, percebe-se de maneira comezinha a existência de dois fatores preponderantes que determinaram esta penetração. De um lado, a atração que o mercado brasileiro representava na apresentação de negócios e oportunidades de investimentos, nunca ofertados de maneira tão inábil, e, por outro lado, a fragilidade de nossa legislação e das formas habituais, mas perniciosas, com que se regulam a entrada, a operação, os envios de pagamentos de "royalties", aquisição de matérias-primas, assistências diversas e remuneração de divisas das empresas multinacionais.

Mas a existência destes representantes da cobiça escamoteados na capa da benemerência, já de muito vem atuando nos mercados internacionais, principalmente naqueles que procuram reabilitar suas economias, promover seus desenvolvimentos, adequar suas infra-estruturas, movimentar sua política social até então estagnada. Nesta situação elas surgem do nada, partindo de associações representativas de comércio bi-lateral, como foi o caso e a atuação do CEBEU - Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, que atuou fortemente junto ao governo federal após 1964, promovendo um dos mais fortes "lobbys" que se tem conhecimento na história econômica do país. Com esta atuação, consubstanciada em terrível grupo de pressão, modificou-se, aparou-se arestas no que já se havia conseguido no governo João Goulart através de votação de Lei específica.

Torna-se óbvio o capitalista procurar melhores condições de remuneração ao seu capital, através de certas facilidades, mas há que se observar se tais concessões estão ferindo os pontos de vista da convivência nacional como também de sua própria soberania.

Se, presentemente se denota um certo desinteresse ou um suposto desestímulo no investimento de capital estrangeiro, não é reflexo de endurecimento fiscal ou tributário, não é conseqüência de uma reformulação no "status quo" existente. Na realidade tal retração se faz presente pela retração da economia, pelos altos índices inflacionários, pela desestabilização e dualidade do poder político, onde se percebe facilmente as influências tecnoburocráticas civis e militares nas decisões maiores dos destinos de nossa nação. E por que os altos índices inflacionários? E por que a retração da economia? Sintomologias evidentes da provocação de um desenvolvimento inadequado, destemperado e inconseqüente, cuja única e exclusiva finalidade foi a de se legitimar no poder, através da demonstração de obras públicas faraônicas, no afã de demonstrarem ao povo brasileiro que apesar do Poder ter sido usurpado por um "GOLPE DE MÃO", o foi feito na intenção de melhor gerir as necessidades e anseios da população.

Demagogia irresponsável. Admitir-se-ia até a mentira, o que é freqüente nos posicionamentos do Governo Federal, mas a mentira que não viesse à levar nossa economia, nossas riquezas, nossas inteligências, nosso futuro, no caminho do descrédito internacional, no caminho da falência escamoteada como simples desequilíbrio da balança de pagamento, no caminho da miséria e do desespero em que se encontra o povo de nossa terra, da terra que nos viu nascer, da terra que pertence à nós brasileiros, explorados e espoliados por empresas sem dono, por agiotas internacionais, por usuradores de forma reconhecida.

Favorecem esses vis acharcadores, esses vis manipuladores que ora possuem a quase ilimitada força de controle dos preços e do mercado, impondo os valores, padrões de comportamento e de consumo, criando monopólios que impedem o desen-



volvimento das empresas nacionais, promovendo um acerbado aumento de consumo da massificação publicitária, transferindo-nos métodos de produção e produtos, via de regra obsoletos e sem utilização em suas matrizes.

O crime chega a tal ponto de nos ofertarem produtos que em suas matrizes já foram condenados pelos serviços fito-sani-tários da administração pública local.

O domínio dessas empresas multinacionais chega a tal posição que, cem por cento do mercado de máquinas de escritório; noventa e nove por cento do mercado de fumo; setenta e dois por cento do setor de aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicação; setenta por cento do mercado de borracha e derivados; setenta por cento do setor de transporte; sessenta por cento da mecânica pesada; quarenta e dois por cento de vestuário e calçados; noventa por cento do setor farmacêutico estão sob seus controles.

E pergunta-se? Onde está a economia brasileira? Onde se encontra o Poder Político que permitiu tal situação? Onde ficaremos nós brasileiros? Talvez, quem sabe, com a profissão esperança.

E aqui nos reportamos a obra do famoso e firme brasileiro, antes de tudo, o economista e escritor CELSO FURTADO, em sua obra DIALÉTICA DEL DESARROLLO, publicada na cidade do México, em 1965, quando diz que:

"Através da praxis, o homem extrai do processo histórico a visão sintética capaz de dar unidade à multiplicidade de fenômenos".

E na indagação sobre a afirmação do emérito praxista, percebemos que não temos ação, que nosso processo histórico foi manejado e manipulado, e que nos encontramos "sem lenço, sem documento, contra o vento" parodiando, agora, o poeta popular Caetano Veloso.

Sem pensarmos em desenvolvimento industrial e sim na adequação técnica, espacial e objetiva do parque nacional; sem imaginarmos em expansões territoriais e sim na efetiva, gradual, social e moral distribuição de terras, nós brasileiros temos que criar uma doutrina de sobrevivência de conduta, uma doutrina de redemocratização de volta ao estado de direito, uma doutrina que pregue e conduza o "BRASIL PARA OS BRASILEIROS", com a mesma filosofia, para que não exista controvérsia, da doutrina Monroe — aplicada nos Estados Unidos da América do Norte no século passado.

Longe se está em pensar em estabilizações e bloqueios no comércio livre, pois o "progresso econômico é fenômeno natural que acontece em quase todas as nações, até naquelas que não desfrutam de governos prudentes e parcimoniosos". (Leia-se Adam Smith).

Mas não podemos permitir que leis fracas e inoperantes continuem regulando atividades bloqueadoras de nossa economia, legislação que permite a remessa de lucros de empresas estrangeiras com um mínimo de tributação; codificação que escancara meios de fugas de lucros através de importações, amortização de empréstimos externos, compra de tecnologia, chegando ao absurdo de permitir a subdivisão das remessas em vários itens para assim não se caracterizar, de uma só vez, o roubo que promovem em nossos cofres.

Há que se acabar, reformular, criar, seja qual for a medida, mais a Lei 4.131 que permite tal assalto ao povo brasileiro tem que terminar no esgoto, lugar de onde nunca deveria ter saído.

O capital estrangeiro aplicado no terceiro mundo, ou melhor, o capital "vagabundo internacional", pois só se aplica onde tira vantagens consubstanciais, não ingressa em parte alguma para ajudar o desenvolvimento econômico. Na maioria das vezes, incorpora ou leva a sair do mercado as empresas que atual no mesmo setor, como pudemos comprovar com uma empresa paulista de amortecedores, no ano próximo passado.

Não se percebe a colocação e implantação de multinacionais em regiões de interesse nacional. O que se constata é o investimento maciço em áreas geográficas ou econômicas que realmente são de interesse de suas matrizes.

Fala-se e decanta-se a entrada de divisas estrangeiras como fonte de riqueza, mas não regulam o retorno a origem que se processa com terrível rapidez e lucratividade.

Para se ter uma pequena posição, reportemo-nos ao ano de 1965.

No período de 1965 até 1975, ou seja, dez anos, a aplicação e remessa de lucro das empresas multinacionais tiveram os seguintes indicadores em milhões de dólares:

	entrada	remessa
Souza Cruz	2,5	82,3
Esso	1,8	44,5
Pirelli	28,7	64,9
Wolkswagen	119,5	279,1

Ou seja, em uma pequena amostragem como esta chegamos a um diferencial de quase MEIO BILHÃO de dólares de remessa, além do lucro obtido na implantação de prédios, máquinas, ferramentas e demais componentes do ativo imobilizado.

Isto se chama remuneração do capital ao roubo descarado. Isto se chama ajuda aos povos subdesenvolvidos ou assalto beneficiante dos povos desenvolvidos: isto se chama desenvolvimento e adequação mundial ou ação predatória à soberania de uma nação? É o mesmo que chamar-nos de energúmenos, mas com sorriso nos lábios, no intuito de que não tenhamos conhecimento necessário para saber o significado da palavra.

Mas, em se tratando de atividades comerciais como o próprio direito regula, os contratos, para existirem, têm que ser bilaterais. Na ponta das multinacionais, encontramos os seus prepostos, seus representantes legais. E na outra ponta? Eu indago veementemente em nome de 120 milhões de brasileiros; e na outra ponta? Será alguém com nome de Thomaz, Henry ou Paul? Ou será que iremos encontrar Reis Velosos, Simonse e Delfins, acobertando falecidos Castelos e Silvas, bem como vivos Médicis e Geisels?

Esse Poder político despótico que se apossou de nosso Brasil, pode ter mudado o timão do barco de nossas vidas, pode ter comprometido e vendido os nossos direitos políticos e nossas riquezas, pode, como o fez, dado nossa soberania em troca de 30 dinheiros, mas não conseguiram entregar nossos sentimentos de povo soberano; mas não conseguiram tampar nossos ideais; mas não conseguiram matar nossa ânsia de crescimento e liberdade; de expansão de sentimento igualitário, de nosso desejo de independência, nesta semana em que se comemora a Independência desta Pátria. Trazemos, ainda em nossos sentidos e conhecimentos, que a independência alcançada em 1.822 foi somente a territorial e que nos resta promover a independência econômica.

Os eventos históricos nos demonstram as atividades dessas empresas internacionais na evolução de nossas parcas conquistas econômicas, onde nossas vitórias têm sempre o sabor da concessão e raramente de conquista.

Promovem, através de seus segmentos contratados a bitolação de nossa cultura, de nossos costumes, de nosso consumo, direcionando-nos à produção de suas filiais.

E, por fim, o abalo de nossa economia, através da destruturação de nosso parque industrial, do enfraquecimento de nossa moeda, da desqualificação de nossa produção agrícola e conseqüentemente caos social que paira hoje sobre a

Nação. E afinal, como grande benemérito que são, acenam a bandeira da salvação, a bandeira emergencial do equilíbrio. Apresentam-nos os senhores membros do FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, mais usualmente chamado FMI.

Senhor presidente, senhores deputados, é o que tem a dizer o partido da Oposição.

E o que fizeram esses beneméritos alienígenas ao virem ao Brasil?

Pela ajuda emergencial exigiram:

1. aumentar as grandes desvalorizações;
2. eliminação de crédito de subsídio agrícola e industrial na ordem de 10 bilhões de dólares;
3. paralização total dos projetos referentes as industriais pesadas;
4. facilitar a compra do controle acionário de empresas públicas e privadas por investidores estrangeiros;
5. promover mudanças do sistema de indexação de salários;
6. redução do crescimento populacional;
7. desaceleração ou paralisação de projetos em andamento, excluindo-se pequenos desvios para ITAIPU e Carajás.
8. Nenhum grande investimento em qualquer projeto de grande porte poderá ter seu início no ano de 1983.
9. Redução, nos próximos anos, de 57% nos programas de investimento em aço; 28% em entradas, 23% em hidrelétricas e 22% em energia nuclear.

Tais proposituras não mais representam interveniência na casa alheia. Isto chama-se invasão, esbulho, assalto.

Tal grau de exigibilidade é montado e direcionado para uma política de ocupação econômica do Brasil por potências comerciais estrangeiras, isto é problema de Segurança Nacional, senhor presidente, senhores deputados.

E é bom que se frise a declaração de fontes econômicas do FMI ao dizerem que: "ATÉ AGORA O BRASIL NÃO PERMITIU AINDA AOS ESTRANGEIROS, possuir a maioria de suas indústrias. O País é muito nacionalista. Este é um problema político, se eles querem crescer ao índice de 8% ao ano e não podem sequer gerar seus fundos em casa, terão que permitir investimentos estrangeiros. Eles terão que decidir e modificar suas leis contra investimentos diretos. E terão também que decidir se vão querer ter donos estrangeiros."

Isto, senhores, foi dito - e tenho aqui a tradução de uma revista americana de autoridades do FMI, que acham que o Brasil é muito nacionalista. Por isto, senhores, realmente é de pasmar, quando se assinam cartas de intenções ao FMI e tais protocolos não passam pelo Congresso Nacional. Tais protocolos não são aprovados pelo poder legítimo desta terra, que é o Congresso Nacional.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Estou acompanhando atentamente o importante pronunciamento de Vossa Excelência, e quando afirma que o FMI acha que o Brasil é excessivamente nacionalista, devo trazer a esta Casa, o que o jornal "O Estado de São Paulo", publicou há cerca de 10 dias no máximo. "Uma revista especializada norte-americana em sistema financeiro, publicou um artigo em que manifestava a estranheza dos banqueiros internacionais,

pelo fato de o Brasil não permitir que os bancos estrangeiros atuem livremente entre nós. Já temos, pelo menos, 3 organizações estrangeiras no sistema bancário: City Banck, o Lar Brasileiro, ligado a um grupo estrangeiro e mais uma organização norte-americana. O que querem os homens do FMI, agora? Que o Brasil abra também ao mercado internacional, o sistema bancário nacional, através de associações? É o cúmulo! Vossa Excelência tem toda a razão e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o ilustrado aparte de

Vossa Excelência que vem realmente demonstrar de que a cobiça internacional acha que o Brasil não está ainda devidamente escancarado para a exploração do capital estrangeiro.

Mas, prosseguindo. Eles, os banqueiros, "querem comprar o Brasil de qualquer jeito", senhor presidente, senhores deputados. Querem açambarcar nossas riquezas, como qualquer agiota coage seu devedor inadimplente. Querem ser nossos donos. Isto é escravidão econômica.

Mas nós somos uma Nação e um Estado reconhecidos. Não somos filhos da rua. Temos um nome e uma família de 120 milhões que precisa ser preservada e resguardada.

"Retalhada ou esfacelada, precisando de reformas e alterações, mas temos uma Constituição. E nosso povo tem um passado de lutas e entempéries. Aqui estiveram holandeses, franceses, ingleses tentando nos colocar o seu jugo e nossos antepassados souberam lutar, souberam se defender. Não podemos cruzar os braços e esperarmos as dádivas divinas nem o beneplásto da compreensão mundial pois elas nunca virão. Temos que promover a unificação de nossos esforços individuais em prol de medidas fortes e contundentes. Teremos, como já temos o apoio de nossa população, dos organismos representativos de classes e sociedades, de trabalhadores e empresários. Não podemos permitir que um governo ilegítimo, possa aos olhos do mundo legitimar o ilegítimo, pois, tais medidas não representam o pensamento de 62% do eleitorado brasileiro que sufragou os nomes dos companheiros nas últimas eleições.

Após a máxidesvalorização, quando o empresariado brasileiro, através de Antônio Ermínio de Moraes gritou em alto e bom som que isto era um "ato de traição do governo, ainda não satisfeitos com a queda média real dos salários de setores privados e firmas estatais decaíra em 2,6% em 1983, e em 7,5% para os empregados do governo central. O Fundo Monetário Internacional, ordenou que, "O ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, QUE É USADO PARA FAZER O AJUSTE SALARIAL será modificado para excluir as afetações da aceleração da desvalorização e conectivo aumento de preços, a fim de facilitar as mudanças nos preços relativos internos e em transações internacionais".

Ainda mais, os Oficiais do FMI, realmente não falaram diretamente sobre a milindrosa questão do controle e redução populacional, porém tais reduções foram impostas, como condições de empréstimos bancários pela comissão Rockefeller de Dívidas do Hemisfério Ocidental, no Plaza Hotel, um dia antes ao da cerimônia do empréstimo brasileiro pelo Fundo.

Como já disse, senhor presidente, senhores deputados, a história nos conta a andadura desses piratas internacionais. Eles trabalham em blocos independentes, mas coordenados pelos interesses interligados através das empresas multinacionais.

O FMI nada mais é do que o órgão maior das empresas transnacionais, acobertando, também, determinados países que verificaram a impossibilidade da conquista territorial, mas não abrem mão do controle, através das ações de comando

econômico, bem idêntico a atuação dos comandos militares nas guerras da Coreia, Vietnã presentemente na América Central.

Este governo que aí se apresenta nos dirigindo para o colapso final, está cada vez se tornando mais cativo e dependente de seus credores estrangeiros e tem alienado um setor interno atrás do outro.

Muito se falou, politicamente, que se deveria caminhar paulatinamente no mundo político, sobre o receio de que dada a abertura não tivesse o seu processo retardado, motivada pelos reclamos dos segmentos populacionais prejudicados.

Muitos repórteres e jornalistas foram processados por terem dito verdades sobre figuras e exponenciais do governo.

E tudo isso, com medo que os militares voltassem novamente as ruas e desestabilizasse as posições até então alcançadas, ou melhor dizendo, ofertadas de volta.

Mas agora, o medo de uma revolta por parte dos militares pondo fim a dívida externa e a didatura do FMI é deles. Bob Lorenz da Securitz Pacific, banqueiro internacional, tem veementemente posicionado tal pensamento em várias oportunidades.

E por ironia da vida, agora nós ficamos esperando na ponte das ilusões, a reação da classe militar brasileira. Ficamos na expectativa de qual será seu comportamento, sua atuação perante este estado de calamidade econômica, financeira e moral que se encontram determinados setores do governo federal. Será que o perigo de 1964 era maior? Será que o perigo de 1968 era ainda maior? Será que as forças armadas não perceberam que as eleições de 15 de novembro p.p. demonstrou, sem qualquer casuísmo um índice de insatisfação da ordem de 62%. Queremos ver a palavra e a atitude do militar, agora contra estrangeiros. Queremos ver este segmento da sociedade brasileira, este segmento que cuida de nossa segurança, da segurança de nosso Brasil, colocar sua habilidade e seu conhecimento, seu sentido de povo e de partícipe a disposição daqueles que lutam contra forças armadas já devidamente materializadas que tentam subjugar nossa nação.

Nesta altura, Srs. deputados, cabe-nos citar o artigo 3.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão aprovado pela Assembleia Nacional Francesa em 1789:

"O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação. Nenhum órgão, nenhum indivíduo pode exercer uma autoridade que não emane dela expressamente."

A autoridade que nos governa carece de legitimidade. Estivéssemos nós, agora, regido pelo sistema Parlamentarista, como desejam muitos políticos e filósofos, este governo não mais aí estaria desde 15 de novembro do ano de 1982. Já não estaria em 78, ou melhor já não estaria desde 1964.

Entretanto, permanece. E nós "não podemos nos contentar com posições de denúncia. E preciso construir novos caminhos com nosso trabalho e nossos recursos". Mas para isso torna-se necessário o "restabelecimento da autoridade" através das ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, já tão definido pelo nosso partido não só por Teotônio Vilela e Ulisses Guimarães nosso Presidente, como também por inúmeros parlamentares e representantes classistas. Precisamos por um cobro nesta política de recessão e desemprego que nos vem sendo imposta; precisamos dinamizar nossa economia, ampliar nosso mercado interno, apoiar nossas empresas, combater as especulações e incentivar nossas atividades produtivas. Precisamos inverter o cone da política tributária, onde o maior contribuinte é o menor beneficiado. Modificar as políticas de desenvolvimento urbano, incrementando o desenvolvimento da política rural; fortalecer os nossos municípios, os nossos distritos, e melhor adequar nossas metrópoles em suas necessidades básicas. E sem sombra de dúvidas cuidamos atentamente de nossa SOBERANIA NACIONAL.

Há que se dar um novo tratamento para a dívida externa brasileira. À ordem dos advogados do Brasil, em reunião promovida entre 1 a 4 de agosto, em São Paulo convocou e reuniu o

Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, redigindo e emitindo ao seu final a já conhecida DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO, na qual fazem o posicionamento daquele órgão em torno do instrumento jurídico denominado PROJETO OU ACORDO II, integrante da renegociação da dívida externa brasileira. Denunciam à Nação que esse acordo, "firmado com credores estrangeiros" contém grave ofensa à soberania nacional, expressamente renunciada no seu texto mediante cláusulas que submetem sua execução à legislação de um Estado norte-americano, sem que o Brasil possa invocar, a qualquer pretexto, suas prerrogativas de país independente.

Este documento Projeto ou Acordo II, fere nossa soberania, entrega-nos a tribunais estrangeiros, retira-nos os direitos máximos de nos considerarmos país independente.

Isto é crime de responsabilidade. O irresponsável que aceitou tais termos de negociação deve ser punido, processado. O art. 107 da Constituição Federal não existe somente para encher páginas de publicações. Ele tem que ser cumprido, ou por iniciativa do Poder Legislativo Federal, ou através de ação popular, como a O.A.B. irá fazer, mas tal situação não pode ter um final cômodo e feliz, para quem pratica crimes contra a soberania de sua nação como este. É o caso de expulsão do País. Isto é que se chama CRIME CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL. E onde é que se encontra o Procurador Geral da República? Será que só é encontrado na hora de processar parlamentares que se revoltam contra esses estados de coisas?

Senhor presidente, senhores deputados, a declaração de São Paulo, emanada dos conhecimentos político-jurídico dos advogados brasileiros, que não têm podido apontar vários quistos nacionais. Porém, volta firmando "a necessidade da formação de uma NACIONAL CONSTITUINTE, como única força de conciliação possível" e como único remédio de se conseguir dar um novo ordenamento no caldeirão formado entre os participantes do Planalto.

"O PMDB é humilde, confessa que sendo "partido", como disse Ulisses Guimarães, até etimologicamente reconhece a legitimidade de outras partes ou partidos, como intérpretes de parcelas ponderáveis da população. O PMDB não se autopromove proprietário da verdade, está consciente do dogma "errar é humano", peculiar ao regime democrático, criado pelo homem, para que homens investidos de poder para que consentidamente governem homens", disse recentemente o deputado Ulisses Guimarães da legitimidade de sua tribuna parlamentar, falando pelo nosso partido.

Nosso partido já tem pregado por longo tempo a necessidade da formação de uma Nacional Constituinte. Assim como a OAB, tem o PMDB indicado várias denúncias, mas como já disse, é hora de se sair da denúncia e se chegar no esforço de trabalho; é hora de se conclamar as lideranças participativas e se projetar no campo da conquista do poder central, e isso só será possível no somatório de forças que levam a determinação da ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Então, aí, nesta nova situação, nascida de um compromisso democrático de toda a Nação, poderemos imprimir políticas que atinjam a totalidade de nossa população.

E nesse momento é que me reporto ao discurso de nosso presidente Ulisses Guimarães em data de 24 do corrente, quando diz:

"Como grave e iminente é o perigo que ronda a Pátria, é a hora da grandeza e da união de todos os brasileiros e instituições, sem radicalismos intransigentes e minoritários, esquecidos da advertência bíblica de que Sansão rompeu as colunas do templo, porém morreu sob os escombros".

"A política ou é intérprete da rua, através do veículo convencional, civilizado, democrático, enfim, da sociedade, ou ela, pela incompetência, cegueira e prepotência dos governantes, explode com desespero e sangue na rua, confirmando o sombrio vaticínio de que a violência é a parteira da História".

Porém uma curiosidade, senhor presidente, deve ser dita desta tribuna, e que tem assaltado este parlamentar nesses últimos meses, e que é a seguinte: há menos de dois anos, quando havia tempo hábil, a Oposição pregava a necessidade de renegociação da dívida externa. Isto foi tema incessante que a Oposição pregou por todo o Brasil, que havia necessidade de renegociação da nossa dívida. Na época o governo federal e o seu partido, insistia em dizer que a dívida estava sob controle. O gordo do ministro do Planejamento dizia que administrava com facilidade a dívida e que o crédito ao Brasil era excelente. Mas chegamos hoje a esta triste realidade de maus pagadores e o que é o pior, em situação humilhante, para quem arrotava tanta grandeza há menos de dois anos passados, como o governo federal e o seu partido, quando diziam que os banqueiros internacionais acreditavam no Brasil e de que a dívida era facilmente pagável. Nós da Oposição temos a humildade de reconhecer esta situação e hoje através da palavra legítima do nosso presidente, pedimos a moratória.

Nós entendemos que a nossa soberania não existe mais, se contraímos empréstimos como os que estão sendo feitos pelo FMI, a taxa flutuante de juros; e mesmo quando o Congresso Nacional não é ouvido para tais acordos. Ora, porque, ao menos por tática, o PDS não passa a defender a moratória?

Não acredito que a maioria pedessista seja a favor da extorsão clara que se faz contra esta Nação, pelo pagamento do serviço da dívida e pelas negociatas, como o caso das "polonetas".

Ora, o povo também já entendeu que o prazo de renegociação da dívida não mais existe, porque não temos com o que pagar. Se o governo está desacreditado para ditar regras financeiras e econômicas, se hoje a moratória se impõe, não como expediente de maus pagadores, porque maus pagadores já somos, mas a moratória é hoje expediente moral sob a luz de princípios jurídicos e principalmente da soberania nacional, pergunto eu, porque o PDS teima em não defendê-la?

Evidente que não pretendemos orientar a linha de atuação dos pedessistas, mas que fico intrigado, com a defesa sistemática da linha econômica dos atuais ministros, fico.

Ora, até por uma questão de argumentação junto aos credores internacionais o PDS deveria estar defendendo a moratória, pois o mínimo que poderia acontecer, seria uma renegociação bem mais vantajosa para o Brasil.

Assim, por não ter independência de atuação o partido governista ajuda a piorar a nossa situação no plano da dívida".

**O Sr. Antônio Anibelli** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi. Vossa Excelência, como nosso líder, hoje, dá uma prova da sua competência e da vitalidade do nosso partido, PMDB...

(TÍMPANOS)

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Apenas para comunicar ao orador que se encontra na tribuna, que o seu tempo no Grande Expediente está esgotado.

Vossa Excelência passará a falar no tempo da liderança do seu partido.

**O Sr. Antônio Anibelli** — ... a vitalidade do nosso partido de Oposição ao governo federal. Somos governo estadual no Paraná, como somos governo em vários Estados da Federação Brasileira. Porém, nobre líder, senhor presidente, senhores deputados, a nossa atuação é quanto à causa nacional de um País maravilhoso, de um povo maravilhoso também, de um País riquíssimo, porém mal administrado. A revolução de 64 se fez e dizem os que a fizeram que foi para acabar com a corrupção e com a inflação. O nosso povo está aí a morrer de fome. Temos visto todos os dias, através de canais de televisão, mães chorando e crianças morrendo, pela incompetência desse

governo que está a governar este País, e nós, do PMDB, através do nosso presidente Ulisses Guimarães, que fez um pronunciamento no Congresso Nacional na semana passada, que veio denunciar as barbaridades que acontecem neste País; que veio dizer à Nação da necessidade deste País pedir a moratória para se pagar essa dívida daqui a 20 ou 25 anos; de contratos fraudulentos, contratos que foram feitos para entregar a soberania nacional. Nós, da Oposição neste País, nos congratulamos com Vossa Excelência, que muito bem representa a nossa liderança e o nosso PMDB do Paraná, para dizermos que da maneira que está este País, nós estamos a reboque do FMI; estamos a reboque das multinacionais; estamos a entregar este País, as riquezas, ao estrangeiro; estamos a querer tirar do nosso pobre trabalhador aquele mínimo de esperança que lhe resta.

Por isso, meu líder, meus companheiros, eu me congratulo com Vossa Excelência, com a nossa bancada, o povo paranaense, o nosso presidente Ulisses Guimarães, com o nosso PMDB. As oposições deste País precisam se levantar para que amanhã este País não entre numa guerra civil, porque a hora em que o povo estiver morrendo de fome, nós não poderemos segurar este povo e apenas teremos a esperança, através das tribunas, através da democracia que sempre pregamos.

Meus parabéns, meu líder.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Muito obrigado.

Vossa Excelência disse-o bem. Nesta semana ainda, Curitiba foi palco de cenas, que podemos dizer assim, são as chamadas cenas de uma guerra civil, quando supermercados são assaltados, aqui e no Nordeste. Cenas que se repetem. Estamos, verdadeiramente, no limiar de uma convulsão social. Mas a causa geratriz, a causa principal dessa crise que nós vivemos é o comprometimento da nossa soberania. E nesta altura eu poderia dizer, nobre deputado Anibelli, e citar o artigo terceiro dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovados quando da Revolução Francesa em 1789, e que é muito claro.

Ora, se o povo já entendeu que o prazo de renegociação da dívida não mais existe, porque quando a Oposição pedia a renegociação havia um prazo hábil. Hoje, não mais existe. Somos maus pagadores, estamos atrasados no mercado internacional e não tem mais aquela mania de dizer de que o Brasil poderia pagar, porque a verdade é que estamos devendo e não temos condição de pagar.

**O Sr. Antônio Anibelli** — Nobre líder, o próprio ministro da Indústria e Comércio, senhor Camilo Pena, disse e o jornal "O Estado de São Paulo", de ontem, publica que o Brasil não tem mais moral para pedir a renegociação da dívida externa.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Concluindo o raciocínio de Vossa Excelência, então hoje a moratória se impõe, mas a dúvida é porque o PDS não defende a moratória? Esta é a dúvida que me assalta e eu até tenho feito argumentação de que quando um casal, uma família tem uma dívida e este casamento é sob o regime de comunhão universal de bens, tem uma dívida para com um determinado credor, e a mulher deste casal começa a dizer ao marido: não pague mais, porque este cara está nos cobrando juro extorsivo; então o credor fica sabendo da posição de uma das partes dentro do casamento que não quer mais pagar a dívida; este credor não tem condições de impôr efetivamente a cobrança, como se encontram hoje os credores internacionais; e se o Brasil decretar a moratória, é evidente que este credor que ve que a mulher começa a fazer a cabeça do marido, numa tentativa de receber, vai facilitar as condições para o recebimento da dívida.

Então eu me pergunto, e não querendo comparar o PDS como mulher do governo, longe disso, mas por que o PDS? Até no sentido de facilitar o trabalho do governo brasileiro, na

renegociação das dívidas externas do Brasil com os banqueiros internacionais, não passa a defender a moratória?

E o senhor ministro Delfim Netto quando fosse na sua peregrinação e na sua via sacra pelos bancos internacionais, e se apresentasse aos jornais de lá, e dissesse: agora não é só mais a Oposição que pede a moratória; é o nosso próprio partido que está pedindo a moratória; ou vocês nos dão essas condições, ou infalivelmente nós teremos que ir à moratória."

Não estaria sendo facilitado o trabalho de renegociação? Aquela renegociação que há dois anos nós defendíamos e que o governo teimava em dizer de que não era preciso, e que hoje eles estão tentando fazer, mas de que não podem mais renegociar, porque na verdade estão atrasados e como muito bem elucidou o deputado Anibelli, o próprio ministro da Indústria e Comércio disse que o Brasil não tem mais moral para tentar a renegociação.

Ora, senhores membros do Parlamento do Paraná, não pretendo, é evidente orientar a linha de atuação dos pedesistas, mas fico intrigado com a defesa sistemática da linha econômica dos atuais ministros. Fico intrigado, sinceramente fico.

E como disse, até por uma questão de argumentação junto aos credores internacionais, o PDS deveria estar defendendo a moratória, pois o mínimo que poderia acontecer seria uma renegociação bem mais vantajosa para o Brasil.

Assim, por não ter independência de atuação, o partido governista ajuda a piorar a nossa situação no plano da dívida externa.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** — Nobre deputado estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência faz referência ao PDS que não defende a moratória. Nós sabemos e temos acompanhado e ouvido a posição de vários senhores deputados, tanto de um partido como de outro.

Nós somos favoráveis a moratória, agora precisa ver se o Brasil tem condições de pedir essa moratória. As consequências, como nós vamos assumir esta moratória; as consequências como nós vamos ter recursos para importar os 4 milhões de barris de petróleo para a nossa manutenção; se nós não vamos ter um problema muito mais sério. Eu acho que esta moratória deveria ser uma moratória programada, como está sendo proposto, com prazo de carência e início do pagamento, mas, combinada. Porque com uma simples moratória, como propôs, eu não sei qual será a consequência. Isto está sendo discutido na área federal, e os nossos deputados e senadores, tanto de um partido como do outro, tem se reunido e discutido o assunto.

Mas, quando eu vejo a preocupação de Vossa Excelência nesse setor, que é mais ligado à área federal, eu gostaria de saber o que é, já que se falou em partido; o que é que o PMDB do Paraná, que hoje está comandando no Paraná; está fazendo para salvar a situação, está insegurança do povo, como nós vimos agora, esta semana, aqui no Novo Mundo, o assalto ou invasão, a supermercado. Eu soube agora, neste instante, que não levaram nem manteiga, nem bebida; levaram gêneros alimentícios para a sua manutenção, aqueles pobres favelados.

Nós estamos vendo um assalto, agora há pouco, lá em Maringá. Em todos os setores há a intranquilidade no setor de segurança. Quanto discurso eu ouvi, do nosso ex-deputado e companheiro José Tavares, que fazia referência à segurança. O que está sendo feito, o que o PMDB está fazendo para garantir a tranquilidade do povo paranaense? O que o PMDB está fazendo para diminuir o desemprego no Paraná? Porque o que nós estamos vendo hoje, quando ainda recebi duas cópias de comunicação, de portaria, exonerando agentes de saúde, atendente sanitário em posto de saúde, e em lugares pequenos, onde é difícil de conseguir emprego. É mais gente que está indo prá rua.

É com isto que eu estava me preocupando, pois a área federal é preocupação de todos nós: PMDB, PT, PTB e PDS; e haverá de ser encontrada uma solução, porque é uma preocupação de todos os brasileiros. Mas na área estadual, no Estado do Paraná, é que nós queremos saber qual a preocupação do PMDB, na segurança da família paranaense.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — O aparte de Vossa Excelência não há dúvida, é inteligente. Ele procura fazer com que eu saia da causa, para entrar no efeito.

Nobre deputado, eu estou abordando no meu pronunciamento, o problema nacional. Vossa Excelência traz um problema local e quer que eu lhe dê explicações dos efeitos, quando eu estou procurando, exatamente, abordar o problema da causa.

O PMDB do Paraná, através da bancada estadual do nosso Partido, vem aqui atacar a causa. A causa hoje é que não existe mais soberania nesta Nação, pois o Governo está vendendo a nossa soberania e ela só pode ser resgatada a partir da nossa independência econômica. E para que cheguemos à independência econômica, não é mais possível ficar pagando a dívida externa nas condições em que está sendo feita. É preciso uma moratória. É preciso dar um tempo para essa Nação respirar. Porque governante algum de PMDB ou PDS, no estado em que este Governo incompetente chegou a deixar esta Nação, vai conseguir pagar os juros extorsivos, e ter fôlego para reformar a economia, reestruturar empregos e dar condições de segurança e tranquilidade à Nação Brasileira.

Nós estamos atacando a causa, e a causa é a decretação da moratória, para que em três anos de carência, como propôs o PMDB ESTA NAÇÃO POSSA RESPIRAR; esta Nação possa reenquadrar-se num plano sério de Governo. E por isso aceitamos a conciliação nacional o próprio Presidente Figueiredo disse que estendia a mão, e o nobre deputado Ulisses Guimarães concorda com a conciliação nacional.

Está aí o exemplo do que ele disse. Não queremos ser o Sansão que vai destruir o templo, porque ele vai afetar a todos nós. Queremos é reconstruir juntos. Mas é necessário que este Governo e os senhores representantes do PDS tenham esta humildade, de saberem que erraram, e que errar é humano. Mas por favor, entendam de que persistir no erro, senhores deputados, é ir ao abismo.

E aí então eu vou responder, vou tentar colocar explicitamente a dúvida que eu disse que assalta este Parlamentar.

Outra seria a situação de negociação, como disse o FMI, se toda a classe política defendesse a moratória, que seria o fôlego suficiente para a retomada da nossa economia. Por que o PDS temia a ir ao fundo, não ao FMI? Ir ao fundo junto com o Governo é realmente uma curiosidade.

Teria talvez, como a antiga ARENA a mesma vocação para o suicídio?

O tempo dirá. O lastimável é que se antes a ARENA se suicidou, e nos levou junto, hoje se o PDS for ao suicídio não nos levará. Levará o Brasil.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Consulto à liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o senhor deputado Ivan Gubert, por três minutos.

**O SR. IVAN GUBERT** — Senhor presidente e senhores deputados. (Lê):

"Venho hoje a esta tribuna para denunciar à opinião pública do meu Estado que representantes do PMDB estão se distanciando da defesa do interesse comum, para servir a objetivos os mais mesquinhos possíveis, desde que esse procedimento, altamente condenável pelos cidadãos honestos e probos do nosso Estado e do País, possa atender o propósito de promoção

pessoal daqueles que, nesta Casa, não estão atuando com a dignidade e a grandeza que se exige de um mandatário da representação popular.

Desejo antecipar ao senhor presidente e aos ilustres senhores deputados que formularei, desta tribuna, graves denúncias contra a administração do Governador José Richa.

Preferia, nesta tarde, poder enaltecer a grandiosidade daqueles que merecem a preferência do voto dos paranaenses, mas, infelizmente, na conformidade da honestidade de propósitos que anima minha atuação parlamentar, não posso declinar do dever de dizer ao povo de minha terra, sob a pena de trair a confiança em mim depositada, que usurpadores do voto estão a trilhar a senda que conduz à escuridão do túnel, no qual estão escondidos os mais subalternos interesses, como o de denegrir a honra alheia. E quando se investe contra essa, é preciso que os homens de bem atuem rapidamente, dando a resposta adequada àqueles que, desprovidos de dignidade, avançam contra a alheia, como estão avançando contra o dinheiro do contribuinte, na mais descarada corrupção de costumes, que, lamentavelmente, passou a campear, pela ação desses rapadores, em algumas repartições públicas do Paraná. A esses audaciosos é preciso que se advirta que jamais nos afasteremos da missão de vigilância que nos impõe a sua ação nefasta, pois estamos conscientes que a missão primeira dos membros desta Casa é fiscalizar, inclusive, a atuação deletéria desses desestabilizadores da vida paranaense. Que fiquem advertidos do nosso firme propósito contra essa atuação funesta.

Não irei ocupar o tempo dos ilustres senhores deputados para responder acusações feitas à minha pessoa, por intermédio de covardes que se esconderam no anonimato de fontes que pretendiam ser informativas, mas que acabaram por se transformar em fontes desacreditadas e altamente suspeitas. Por isso, não irei responder a acusações inteiramente improcedentes feitas à minha pessoa e que pretendiam alcançar minha honrabilidade. Os que me conhecem e o povo que me outorgou o mandato de Membro desta Assembléia, sabem julgar a mesquinhez que pretendeu atingir-me. Todavia, senhor presidente e ilustres senhores deputados, utilizarei o tempo desta sessão, destinado à Liderança do meu partido, para esclarecer fatos referentes às atividades da Fundepar, tanto no período em que fui diretor daquela Fundação, como posteriormente. E, se não me preocupo em formular uma defesa pessoal é porque tenho a certeza e estou convicto de ter desempenhado minhas funções com a retidão e a honestidade que se exigem das pessoas investidas na administração da coisa pública.

No que se refere às calúnias, usarei dos meios legais que me são facultados.

Mas, antes disso, a verdade dos fatos tem que ser restabelecida.

Inicialmente, senhor presidente e senhores deputados, declaro a minha estranheza e não entendo a razão pela qual foi dada publicidade às informações enviadas pela Fundepar, antes que se tivesse o cuidado de analisá-las. Tal procedimento está a demonstrar que alguns Membros desta Casa estão se distancianando da sua missão precípua, para alcançar promoção pessoal com atitudes meramente sensacionalistas, atentando contra o decoro parlamentar.

Outro fato ocorrido nesta Assembléia, e que também exige correção, é a forma como vem sendo denominada a CPI, que, conforme a proposta do nobre Líder do PMDB, tinha por objetivo apurar possíveis irregularidades, e, que, de uma hora para outra, teve seu nome alterado, até mesmo no que se refere a convocações de reuniões, e através das propostas de roteiro, indo frontalmente contra, inclusive, ao que afirmou o seu presidente em recente programa de TV. Diante dessas ocorrências podemos denunciar de imediato que essa CPI já está contrariando o Regimento Interno da Assembléia e se desvia das suas finalidades para servir interesses obscuros, o que não pode ser tolera-

do pelos Membros desta Casa. Jamais poderemos admitir que uma Comissão Parlamentar de Inquérito se transforme em instrumento dos objetivos ocultos daqueles que se reuniam num porão de uma das mansões da Avenida Vicente Machado, conforme denúncia do ex-senador Leite Chaves.

A Fundepar, senhor presidente e senhores deputados, sempre foi reconhecida como um órgão que atendia bem a todos os que a procuravam, dando seus funcionários e dirigentes o melhor de si no atendimento de professores, diretores, alunos carentes, comunidades e até mesmo, políticos. Sim, políticos, e por que não? Políticos de ambos os partidos, que como meros intermediários faziam os materiais chegar às escolas e às crianças carentes.

Que desmintam-me se falto com a verdade — os ilustres deputados estaduais Nestor Batista, Hermas Brandão e Deny Schwartz, o deputado federal José Tavares e até mesmo o ex-deputado Edilson Alencar, que mandava até bilhete como este para ser atendido.

O objetivo da Fundepar, pelo menos naquela época, era o aluno, especialmente o carente, e aluno é criança, não tem partido.

Seria fastioso enumerar o que foi feito em nossa administração e outras da Fundepar. Seria malhar em ferro frio, visto que a grande obra administrativa é do reconhecimento público. Julgo importante, porém, demonstrar, nesta oportunidade, para que o povo paranaense seja informado, que tudo foi feito com lisura e confiança, pois, materiais escolares não são vendidos e nem desaparecem, chegando sempre ao usuário final — o aluno. Os materiais são realmente usados, e a distribuição deve ser feita da melhor forma possível, através de meios os mais diversos que estiverem ao alcance, tais como pais, alunos, diretores, inspetores, inclusive políticos. Repito, por que não estes? Porventura os políticos não representam justos interesses comunitários que precisam ser atendidos?

Devo acentuar que a compra e a distribuição dos materiais sempre atenderam a critérios pré-estabelecidos tais como: solicitação mediante ofício, análise, elaboração de nota, retirada da nota por pessoa responsável com assinatura em livro próprio, e posteriormente, retirada da mercadoria, com nova identificação de quem retirou o material. Portanto, sempre duas identificações.

Como os senhores deputados podem constatar, tudo era feito dentro dos mais rígidos padrões da melhor administração e da defesa intransigente do dinheiro público.

Apesar disso, a nova direção que se instalou na Fundepar — movida pelo ódio político e pela vingança contra os adversários do seu partido —, formulou algumas Denúncias, inteiramente descabidas. É bom acentuar: denúncias inteiramente descabidas, como irei comprovar durante este meu pronunciamento.

Inicialmente, sobre o ingresso de materiais, e retirada de móveis para beneficiar minha candidatura à Assembléia Legislativa.

Ora, senhores deputados. Vamos partir do início, do básico. Meu comitê eleitoral estava instalado na Rua Visconde de Nácar, mas no número 923, conforme mostra este meu cartão de campanha, e onde continua instalado até hoje, com os mesmos móveis, à disposição de quem quiser verificar, nada tendo entrado ou saído, desde a sua instalação.

Desconheço endereço, naquela rua, onde pudessem ter sido estocadas mercadorias para que eu viesse a distribuir, e no meu comitê eleitoral jamais costumei ter materiais diversos aos de propaganda eleitoral.

Nas informações divulgadas pelos irresponsáveis que levaram veículos de comunicação social a incidirem em erros, referiu-se a outro endereço, à Rua Martim Afonso, onde, realmente, funcionava um comitê político do candidato Juarez Moraes. Contudo, não se pode admitir que para lá tenham sido levadas nada menos de cinquenta e quatro cadeiras universitárias, de



de vez que, não era um cursinho que lá funcionava, mas sim, um comitê eleitoral, que não dispunha de espaço para tanto. Ainda, onde está a nota de transporte?

Agora, o que mais dói, dói fundo na alma da gente, é a maldade de se obrigar um motorista a dizer tantas inverdades para conseguir manter-se no emprego. Tanto mais quando se vê que o fantasma do desemprego é um dos grandes males do Brasil de hoje. Maldade ao ponto de fazê-lo afirmar que teria acordos feitos por mim em São José da Boa Vista. Ora que bobagem! O material de São José da Boa Vista, conforme o próprio motorista afirmou em seu depoimento, foi entregue nas escolas e eu sequer conhecia ou conheço pessoalmente o prefeito daquela cidade. Digo mais: nunca lá estive. Quanto a Itambé, então, senhores Deputados, que belo acerto fiz eu. Que bela tramóia imaginaram que eu tivesse feito. Se eu tivesse votos na cidade, o material seria entregue. Pois bem: o material foi entregue a escolas. Quanto a mim, não tive votos naquela cidade. Como se vê, a sindicância de Dona Lilian Wachowski é mesmo uma brincadeira.

Agora pasmem, senhores: a Comissão de Sindicância apresentou uma nota que, por equívoco ou deliberadamente, com propósito de comprometimento futuro, havia sido emitida em nome do PDS. O documento de estorno está nos autos de sindicância e a sua cópia é esta. O Presidente da CPI vai à televisão e mostra em "close" a referida nota, mas esquece-se de mostrar o documento que já estava nos autos.

No processo de instrução, visando denegrir nomes de pessoas honestas, citam-se como elemento de base para estabelecer épocas, a oportunidade em que se distribuíam sacolas com propagandas de Saul e Ney para informar que uma carga de cadernos teria sido transportada ao comitê central do PDS, no Batel. Quem recebeu tais cadernos? Que cadernos são estes?

Outro fato importante é a forma como foi distorcida a declaração do motorista do deputado Fabiano Braga Côrtes, que diz claramente que retirava materiais para entregar às pessoas do interior que vinham recebê-los no Gabinete do deputado Fabiano Braga Côrtes, sempre com requisição, jamais tendo afirmado, conforme foi divulgado, que o deputado estocava materiais em seu comitê.

Nessa famigerada sindicância procura-se atingir nomes como o do Chefe do Almoxarifado da Fundepar, colocando na boca de pessoas que o mesmo desviou de uma só vez duzentas bolas, conduzindo-as em seu próprio veículo, que jamais comportaria tamanha quantidade. Podemos exclamar: mágico, se conseguiu. Louco de quem afirmou. E burro quem acreditou.

Afirma-se também, durante a sindicância, que funcionários mandavam assinar notas e que seus subalternos assim o faziam. Que inverdade! Esses funcionários que estavam sob ameaça de desemprego por perseguição político-ideológica desencadeada na Fundepar, e que depois de suas declarações foram demitidos dizem hoje claramente que preenchiam o campo determinado a identificar o tomador, mas nunca assinaram nomes de outros. Assinavam, isto sim, seu nome, quando eram encarregados de levar mercadorias ao beneficiário, recolhendo mais tarde a declaração de recebimento. Hoje, esses empregados revelam que só concordaram em declarar na sindicância que haviam assinado, por receio de serem demitidos, face ao terror que se implantou na Fundepar. Mesmo assim, a demissão ocorreu.

É fato de relevo para a instrução e foi destaque nas divulgações sob encomenda que estão a comprometer a honestidade de propósitos da CPI, a provável semelhança de caligrafia

de funcionário, com a de pessoas retirantes de materiais. Por que, nesses casos, a Comissão de Sindicância de Dona Lilian não foi ver se a mercadoria chegou à origem? Em outros casos fez questão de ir. Nestes, não. Pois bem, senhores deputados: a Comissão não foi verificar porque sabia que era difícil coagir, obrigar. Mas eu tenho aqui em mãos, os COMPROVANTES DE RECEBIMENTO E EXPLICAÇÃO SOBRE A SEMELHANÇA DE ASSINATURAS.

Que comissão é essa que não junta nos autos as declarações de quem recebeu os materiais, nem traz ao processo declarações de negativa de quem realmente assinou as notas, preocupando-se em procurar diretoras que, na maioria das vezes, não eram as responsáveis pela retirada das notas, nem das mercadorias?

Que comissão é essa que sequer se dispõe a apresentar os ofícios de solicitação de materiais? Sabem os senhores, porque essa comissão assim não procede? É porque está a sonegar a verdade. Tem medo da verdade!

Senhor presidente e nobres senhores deputados:

O motorista do caminhão da FUNDEPAR descreve com riqueza de detalhes o ocorrido em Apucarana na distribuição de materiais, e diz, categoricamente, tê-los entregues nas escolas, mas a comissão de Dona Lilian Wachowicz insiste em interpretar que houve irregularidades. A sua função não é interpretar, e sim sindicatar. Estão "confundindo alhos com bugalhos". Ao fazer interpetações, fica evidente que o propósito dessa comissão é envolver o meu nome, esquecendo a atual diretoria da FUNDEPAR que foi durante o Governo Ney Braga que foi unificado o almoxarifado de material, que foi nesse período que se iniciou o procedimento geral de controle de todos os materiais, inclusive os de consumo, como cadernos. E nós perguntamos: quem quer desviar, monta esquemas rígidos de controle? O Tribunal de Contas acompanhou esse procedimento e aplaudiu as medidas postas em prática.

Mas, a atual administração da senhora Lilian Wachowicz, não está interessada em administrar, para encobrir o imobilismo que a domina, para esconder a sua inércia. Para sonegar ao povo a sua incapacidade administrativa, trata de denegrir. Tanto é verdade, que a atual administração da FUNDEPAR jamais se preocupou em receber o almoxarifado quando os responsáveis saíram, nem jamais fez menção ao fato de que o estoque estava abarrotado, ou que era compatível o balanço físico-contábil.

Na balbúrdia que se implantou na FUNDEPAR, que bem retrata o que é essa enorme balbúrdia da administração José Richa, a preocupação maior não é a educação ou o apoio material para que ela se realize. A preocupação é com a nota azul, nota feita quando o material era emprestado à Secretaria da Educação ou a entidades públicas ou privadas, a curto prazo. Quer saber de cadernos diversos dos com timbre da FUNDEPAR, jamais comprados conforme declarações dos diretores à época.

As informações que estão sendo prestadas à CPI pela FUNDEPAR são falsas. Como são falsas as informações prestadas sobre fatos relacionados com a CPI e levados aos órgãos de comunicação social, pelo menos ao que se relaciona com a minha atuação na FUNDEPAR. Os números de dona Lilian Wachowicz estão todos errados. Foi dito que em 81, foram comprados oitocentos mil cadernos e, em 82, três milhões e novecentos e quarenta mil cadernos, isto porque se tratava de ano eleitoral. Não é verdade. Os números corretos são três milhões e trezentos e vinte mil em 81. Em 82, no ano das eleições, houve um decréscimo de setecentos e vinte mil cadernos, sendo adquiridos dois milhões e seiscentos mil. Aqui estão os relatórios a demonstrar.

A verdade dos algarismos está a desmascarar as mentiras trazidas à CPI, no que se relaciona com a FUNDEPAR. É o noticiário sobre a CPI, estranhamente semelhante, principalmente no que se refere aos jornais do interior do Estado, ao que tudo indica ser um desses famigerados "press-releases" abominados pelos jornalistas, provavelmente fabricado e distribuído com objetivo escuso da promoção pessoal, parece ser o pano de fundo para objetivos nada dignos.

Manifesto a meus nobres Pares a certeza de que tudo que afirmei, nesta oportunidade, tem relevância para o esclarecimento dos fatos e a busca da verdade. Mas desejo chamar a atenção de Vossas Excelências para o que irei relatar doravante e que se reveste de suma gravidade para a administração do Governador José Richa e à vida paranaense.

Antes, porém, desejo reafirmar, nesta tribuna, minha posição de que se, por ventura, alguma irregularidade foi praticada nas administrações anteriores no Estado do Paraná, devem ser apuradas e os responsáveis submetidos à lei, isso sem sensacionalismo ou escândalo, investigações, assegurando-se o direito de ampla defesa. Outra não tem sido a posição do Líder de nossa Bancada, o ilustre deputado Luiz Alberto Martins Oliveira que, reiteradas vezes, tem proclamado desta tribuna a firme posição dos deputados do PDS nesse sentido. Àqueles que foram injustamente acusados, dentre os quais eu me incluo, cabe a imediata reparação. É justo reclamá-la.

Senhor presidente, senhores deputados:

Despreparadas para o exercício de funções relevantes na vida pública, é triste verificar que algumas pessoas lançam-se a acusações gratuitas no exercício de cargos públicos. Mais triste é constatar que quem foi preparado para educar, está deseducando. Que quem foi preparado para o ensino e na pesquisa encontrar a verdade, passou a empregar a mentira. E lamentavelmente, é enormemente triste comprovar-se que um professor universitário está faltando com a verdade. Mais triste quando se trata de uma professora da mais antiga Universidade brasileira: a Universidade Federal do Paraná. Mais triste ainda, quando essa professora dirige a Fundação Educacional do Paraná. Pois é isto que está ocorrendo com a ilustre senhora Lilian Wachowicz, quando compareceu diante das câmaras da TV-Paraná, Canal 6, para afirmar que a FUNDEPAR comprava canetas BIC e recebia isqueiros para fazer propaganda política com os nomes de Véspero Mendes, Ivan Gubert e João Gnoato.

Provavelmente, a professora Lilian Wachowicz deve ter dado, em alguma oportunidade, até uma boa aula para seus alunos. Mas, desta vez, diante dos telespectadores, foi a pior aula que o mais medíocre professor pode dar, se é que uma pessoa medíocre pode ser professor universitário. Foi uma aula de mentira. Como de mentiras está vivendo a sua administração na FUNDEPAR.

Os isqueiros a que a senhora dirigente da FUNDEPAR se referiu são estes, e aqui está a nota fiscal de compra dos isqueiros, adquiridos no MACRO, em nome de amigo nosso e pago através de cheque nominal, com fundo retirado da união de esforços dos três candidatos.

Enquanto a dirigente da FUNDEPAR vai dizer mentiras na televisão, vamos revelar algumas verdades sobre a sua administração que, em menos de seis meses, caminha envolta em escândalos e corrupção administrativa.

Gostaria que a dirigente da FUNDEPAR esclarecesse a situação do seu diretor administrativo que consegue ser diretor da entidade de Curitiba e Presidente da Entidade Mantenedora do Centro de Estudos Superior de Erechim, bem como professor da Faculdade de Ciências e Letras da mesma cidade. Tudo isso, simultaneamente. É outro ubiquista do Governo José Richa, companheiro do Sr. Osvaldo Evangelista de Macedo, que ocupa diversos cargos públicos.

A propósito de nomes, é justo que se reclame um escla-

recimento público de um Governo que permitiu a demissão por perseguição política a seus adversários, de um técnico como Roberval Eloy Pereira, para ser admitido com salário de quase meio milhão de cruzeiros mensais, pessoa condenada a quatro anos de prisão, por terrorismo.

Considero também importante que se explique as críticas feitas à administração anterior no que se refere à distribuição de materiais escolares, principalmente cadernos, a Deputados, o que não é verdade, pois, estes atuaram como instrumentos de distribuição e não como beneficiários, como se pode observar nos cadernos distribuídos pelo nobre deputado Nestor Baptista, em São José dos Pinhais, que tinham até carimbo com o nome do Deputado do PMDB. Isso é corrupção?

Devo antecipar que o caderno chegou às mãos de criança carente, tenho a certeza. Ofereço o meu testemunho a esta Casa, em defesa do nobre Deputado Nestor Baptista.

Mas com que autoridade pode alguém pretender e mesmo chegar a criticar o que era feito ontem, se hoje a prática é a mesma? Como a de recorrer a Deputados para entregar notas, como aconteceu recentemente com o nobre Deputado Fiori Luiz, do PMDB, que mandou seu funcionário Wanderley Hostert retirar a nota da Escola Estadual Anástacio Cerezine, de Alvorada do Sul, e quando veio o motorista José Gomes Duarte, com autorização do diretor Ivo Santoro e da diretoria eleita Marina Fornasier para retirar o material, não conseguiu apanhá-la, pois, o Deputado estava viajando. Qual foi a consequência? O caminhão voltou vazio.

Mas, senhor presidente, nobres senhores deputados, precisamos, precisa esta Assembléia como desempenho da sua função precípua de fiscalizar os atos do Executivo, redobrar a vigilância contra a fauna de raparadores que está, a pretexto de apurar irregularidades que não correram nos governos imediatamente anteriores ao atual, a montar uma altamente remunerada indústria da sindicância, como está ocorrendo com a FUNDEPAR, pois é difícil de alguém compreender, menos os beneficiários desse assalto ao dinheiro do contribuinte, como uma comissão que está trabalhando há cinco meses, composta de seis membros mais uma secretária com salários médios de Cr\$ 500.000,00 mensais cada um, o que com encargos sociais vai a Cr\$ 900.000,00, não chegue a conclusões, senão injúrias e mentiras. Essa Comissão de Sindicância já se transformou em mais um escândalo do Governo José Richa, pois, já custou à FUNDEPAR 28 milhões de cruzeiros só em salários, o que, somado a diárias pagas a seus membros e despesas com gasolina, já se aproxima dos cinquenta milhões de cruzeiros.

Que austeridade é essa?

Que moralidade administrativa é essa?

E para concluir, senhor Presidente, nobres senhores deputados, acrescente-se a tudo isso que relatei o mais recente escândalo da administração José Richa: a compra de mais de cem milhões de cruzeiros em carteiras escolares, de uma só firma, firma essa concordatária, logo sem idoneidade financeira para sequer participar de concorrências, quanto mais para garantir o Estado em eventuais prejuízos que venha causar. Mas, o que é pior. A compra foi feita sem licitação. Foi realizada com o objetivo de beneficiar essa empresa. Aqui está o documento correspondente. Aqui está a prova da corrupção que está dominando a administração da senhora Lilian Wachowicz, na FUNDEPAR. Outros fabricantes poderiam ter vendido seus produtos, mas a FUNDEPAR comprou cem milhões de cruzeiros sem licitação, favorecendo uma empresa que não tinha sequer idoneidade financeira para participar de licitação, e que, além de tudo, vencido o prazo estabelecido de trinta dias para a entrega da mercadoria, somente um décimo havia sido entregue. Ao contrário do que se está fazendo com a CPI, não estamos fazendo sensacionalismo. Não estamos fazendo denúncia vazia. Aqui está a documentação sobre a corrupção na administração da senhora Lilian Wachowicz, da FUNDEPAR. A corrupção

na administração do Governador José Richa. Resta perguntar aos eleitores de 15 de novembro: era isto que vocês queriam?

Ou é melhor dizer: basta José Richa!"

Muito obrigado.

**O Sr. Jorge Maria Filho** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivan Gubert, Vossa Excelência vem retificar o que disse aqui este deputado logo ao início da instalação da Sessão da CPI. Que esta CPI deixou, no meu entender, de ser uma CPI séria. Porque enquanto ela apresenta evasivas, considera possíveis irregularidades que são passadas à imprensa, como se fossem fatos confirmados e comprovados. Vossa Excelência vem aqui desta tribuna, apresentar, na realidade, uma denúncia concreta, que foi a compra no valor de cento e trinta e cinco milhões de cruzeiros, para fornecimento de carteiras, sem concorrência pública.

Nós sabemos que o nobre deputado Nelson Buffara irá fazer uso da tribuna, e na próxima semana, nós entraremos com detalhes do pronunciamento de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

**O SR. IVAN GUBERT** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. E em função do prazo, eu passo a palavra então, ao nobre deputado Nelson Buffara.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — No restante do horário destinado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

**O SR. NELSON BUFFARA** — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Ocupo a tribuna desta Casa, no dia de hoje, para lamentar profundamente acontecimentos registrados nos últimos dias, envolvendo a classe política e de modo mais particular aos homens do PDS. O afastamento de um nosso colega, o deputado Theodorico Ferraço, da Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar denúncias as mais graves, fazendo referência aos acontecimentos que chegaram ao conhecimento público, não pode ser efetuado sem um protesto, sem uma tomada de posição.

Toda a Nação, estarecida, tem acompanhado fatos envolvendo a falência do grupo Delfim do Grupo Coroa, segue a série de reportagens sobre o caso das "polonetas", enfim, uma série de irregularidades, as mais graves, que só não merecem apuração plena e total, como exigem a punição dos envolvidos e dos responsáveis pelas falcaturas, sejam eles quem forem, ocupem eles os postos que ocuparem.

No lamentável episódio, que foi o afastamento de Theodorico Ferraço, daquela CPI, é de se condenar o posicionamento do Líder do Partido, na Câmara Federal, Deputado Nelson Marchesan, numa atitude que parece endossar as irregularidades — e o que é mais grave — tentar minimizar os graves acontecimentos, que em determinados episódios fazem referências perigosamente próximas aos nomes dos Ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas.

Quero afirmar, neste momento, que o PDS do Paraná, pelos seus deputados estaduais, não aceita tal posição, não endossa tal atitude, e registra aqui e agora seu mais veemente protesto. Denúncias deste naipe devem ser apuradas, por todas as formas, pois só assim a Nação acreditará que os tempos do arbítrio estão chegando ao fim e que o projeto de abertura democrática não é mera figura retórica.

Pois corrupção, imposição, não são termos que se coadunem com a democracia plena, onde tudo deve chegar ao conhecimento público, e não permanecer no reino das sombras, pois as trevas são próprias dos regimes totalitários. Fatos como estes, amplamente divulgados pelos veículos de comunicação, e abordados nos mais diversos Legislativos desta Nação, devem ser apu-

rados, para que o Brasil tenha um reencontro com a credibilidade, que a cada dia que passa parece se tornar mais distante.

E a credibilidade se afirma e se aprimora pelos exemplos, pelos atos direcionados à justiça e ao bem comum. A credibilidade se alcança pela renovação dos quadros dirigentes, através dos pleitos eleitorais, livres, soberanos e democráticos. Faço esta colocação para destacar a enorme importância que tem a figura do Presidente da República na Coordenação do processo sucessório. Dele não se espera uma imposição ao colégio eleitoral, que será composto por delegados do povo; dele se espera uma condução serena e objetiva, que faça com que o pleito, mesmo indireto, desagüe num nome que obtenha o apoio da maioria, sem pressões e sem manobras.

A impunidade dos corruptos não pode continuar. A irresponsabilidade dos desonestos deve cessar. O processo de reabertura democrática não pode ser interrompido. Tais satisfações devem ser dadas ao povo brasileiro, para que ele reencontre sua fé perdida, e que pelo trabalho, que deve ser de todos, construa seu grande futuro.

Senhor presidente, senhores deputados: acredito que estes dois temas, agora abordados, não se chocam, pelo contrário: fixam um painel comum, das aspirações de todos nós. Para os que erram, se espera a punição; para a condução do próximo pleito que culminará com a sucessão presidencial, se espera seja efetivado sem outras interferências que não a livre escolha dos delegados à convenção, representando cada um deles as mais legítimas aspirações de cada parcela do eleitorado, nesta etapa que haverá de ser a última no atual sistema, para que, posteriormente, de acordo com o calendário eleitoral, se efetuem eleições diretas.

O PDS do Paraná, pelos seus deputados com assento nesta Casa, acredita que os corruptos serão apresentados à Nação.

Acredita, igualmente, que os caminhos sucessórios serão trilhados sob a marca de um diálogo amplo e franco, em busca da plena democracia."

Senhor presidente, senhores deputados. Este nosso pronunciamento não é nenhum desassombro, não é nenhuma provocação ao Governo Federal, é isto sim um posicionamento que nós tomamos, que eu tomo, e creio que os meus colegas de Partido haverão de tomar também para que nós possamos exigir a punição de homens que são responsabilizados por falcaturas, sejam eles homens de qualquer partido, sejam eles ministros de Estado, sejam eles ocupantes dos mais altos da Nação.

Nós não podemos nos calar, não podemos nos furtar de como Deputados, delegado que somos à Convenção de setembro do próximo ano, não trazermos à tona fatos escabrosos que estão a exigir do Governo uma punição, uma punição severa, rigorosa, sob pena de nós capitularmos dessa Nação estarecida caminhar para o caos, caminhar para a bagunça, caminhar para o desespero, e nós não abrimos mão desse direito que inalienável, que é nosso, sob pena de nós nos descaracterizarmos, de nós nos deteriorarmos perante à opinião pública.

Concedo o aparte ao deputado Airton Cordeiro.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Deputado Nelson Buffara, eu quero, modestamente, apoiar o depoimento de Vossa Excelência, o pronunciamento que faz neste plenário e acredito que é chegado o momento de nos colocarmos a nu a verdade...

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Comunico ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

**O SR. NELSON BUFFARA** — Concedo ao deputado Airton Cordeiro e agradeço a Vossa Excelência, deputado Trajano Bastos.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Agradeço mais esta gentileza de Vossa Excelência e, concluindo, quero reafirmar que é chegado o instante de colocarmos a nu o problema da administração do Brasil. Concordo que devemos ser rigorosos e termos o direito

de exigir, do Presidente da República, punição a todos aqueles que, por caminhos tortuosos, desvirtuaram a sua participação no Governo Federal.

Por muito menos, em outros países do mundo, caíram Ministros e outros foram para a cadeia. Então, é necessário que se restaure neste País a seriedade plena. A mesma que queremos para o Paraná, queremos para o Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o seu aparte que veio reforçar o conteúdo do meu pronunciamento e dou um aparte, se me restar tempo, ao deputado... perdão, peço que me perdoe por não ter percebido que Vossa Excelência pediu o aparte. O Presidente, muito pródigo, vai conceder alguns segundos para o deputado...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Comunico que o tempo de Vossa Excelência está esgotado. Infelizmente teremos que passar...

O SR. NELSON BUFFARA — Lamento, meu caro deputado. Lamento profundamente que Vossa Excelência havia me solicitado o aparte e peço desculpas. Quero penitenciar-me. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do Estado, à "Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho", conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 44/83, de autoria do deputado MÁRIO PEREIRA, que veda qualquer desconto em folhas de pagamento de Servidores Públicos do Estado, sem prévia comprovação a anotação pelo órgão pagador, dos números de registro do CGC ou CPF do favorecido e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CRH, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/83, de autoria do deputado AUGUSTO CARNEIRO, que denomina "Rodovia Vassílio Boiko", a estrada que partindo da BR-487, liga Iretama a BR-369, no trecho que especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/83, de autoria do deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "Ação Social São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Toledo. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Curitiba do Grande Oriente do Paraná", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL

da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/83, (Mensagem n.º 55/83 e ex-Proposição n.º 57/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos de 29/12/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/83, (Mensagem n.º 53/83 e ex-Proposição n.º 55/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 28/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/83, (Mensagem n.º 60/83 e ex-Proposição n.º 65/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira n.ºs 25 a 46/83, celebrados em 07/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/83, (Mensagem n.º 57/83, ex-Proposição n.º 56/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 07/03/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/83, (Mensagem n.º 54/83, ex-Proposição n.º 53/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os segundos Termos Aditivos de 29/12/82 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/83, (Mensagem n.º 61/83, ex-Proposição n.º 64/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 07/03/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/83, (Mensagem n.º 77/83, ex-Proposição n.º 78/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Com promisso celebrados em 30/12/81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando construção de Terminais Rodoviários de Passageiros nos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/83, (Mensagem n.º 84/83, ex-Proposição n.º 76/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes com municípios e datas que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/83, (Mensagem n.º 66/83, ex-Proposição n.º 70/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 79/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios de Cooperação e Compromisso celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a construção de Terminais Rodoviários de Passageiros. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/83, (Mensagem n.º 72/83, ex-Proposição n.º 73/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a construção de Terminais Rodoviários de Passageiros. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos senhores deputados Leônidas Chaves, Ezequias Losso e Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Moreira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas, encarecendo informações sobre convênios das Secretarias de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento dos Municípios. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo informações sobre a implantação do sistema de abastecimento de água na localidade de Mariental, no Município da Lapa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Diretor Presidente da COHAPAR, através da Secretaria do Interior, encarecendo os motivos de serem retirados da Administração Regional de Campo Mourão, os Municípios de Barbosa Ferraz, Fênix, Iretama, Roncador, Nova Cantu, Campina da Lagoa e Ubiratã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando estudos no sentido de ser colocado à disposição um escrivão, reforma de viatura policial, bem como mais quatro policiais, para o organismo Policial do Município de Roncador. —

**Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo alocação de verbas destinada ao Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Ubiratã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, visando dotação de mais duas viaturas na Divisão Policial, bem como reformas no prédio da Delegacia de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando a construção do asfalto entre os Municípios de São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Palmeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de uma estrada asfaltada entre os Municípios de São Mateus do Sul e Três Barras. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de uma estrada asfaltada entre os Municípios de São Mateus do Sul e Irati. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao senhor ex-Superintendente do IPE, encarecendo seu comparecimento a esta Casa, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre sua administração frente àquela instituto. — Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja destinada a sessão do dia 31 de outubro do corrente ano, a Sessão Solene em comemoração aos quinhentos anos de nascimento do Reformador Martin Luther. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Ministros da Agricultura e Área Econômica, visando o restabelecimento de uma linha de crédito específica e permanente para a pecuária de grande porte do nosso Estado, bem como adoção de um programa de combate à febre aftosa e brucelose nos moldes da campanha nacional de combate à paralisia infantil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Agricultura, encarecendo estudos junto à COPASA, para implantação de unidades de armazenamento frigorificado de maçã nos Municípios de Porto Amazonas e Guarapuava. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, visando uma ligação asfáltica no trecho que liga a PR-559 à PR-466, entre os

Municípios de São Carlos e Tamboara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando inserção na ata dos trabalhos da sessão do dia 1.º de setembro do corrente ano, do discurso proferido pelo senhor deputado federal Ulysses Guimarães, na Câmara Federal, em data de 24 de agosto corrente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Cultura e Esporte, visando a inclusão no orçamento de 1984 daquela Pasta, de verba para remodelação do estádio, bem como construção de canchas de esportes e parques infantis nos Distritos de Jotaesse, Palmitolândia e Brasileira, no Município de Tupãssi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a substituição de um motor a gasolina por outro a álcool, em uma viatura pertencente ao organismo policial, localizado no Município de Moreira Sales. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação visando a estadualização da Escola de Iretama - Ensino de Segundo Grau - Curso de Contabilidade, no Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando alocação de verbas para a Associação Hospitalar Santa Casa de Misericórdia, bem como sua inclusão no orçamento de 1984, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao senhor Secretário da Justiça, encarecendo a criação de um cartório para funcionamento no Distrito Judiciário de Marilu, Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a indicação de um delegado especial com o devido policiamento, para o Município de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado, lido da tribuna, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Governador do Estado, encarecendo informações referentes a medidas tomadas pela Secretaria das Finanças. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às senhoras Secretária da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, visando a construção de seis salas de aulas na Escola Estadual "José Ângelo Baggio Orso", no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário do Interior, visando a inclusão do

orçamento de 1984 daquela Pasta, para alocação de verba para implantação da rede de distribuição de água nos Distritos de Diamante, Guaporé, Planaltina, Santa Bárbara, Bela Vista e Borman, no Município de Guaraniaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao senhor Presidente do Tribunal de Justiça, apelando no sentido de que, no projeto da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o Distrito de Carajá, no Município de Jesuítas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, visando a inclusão do Distrito de Santa Rita d'Oeste, no traçado de construção da Rodovia que ligará os Municípios de Nova Santa Rosa e Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos dirigentes da Campanha do "Barão", para a reconstrução das residências atingidas pelas enchentes, liderada pela Cruz Vermelha Brasileira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Chefe do Poder Executivo, visando a regulamentação da situação dos Despachantes Oficiais junto ao DETRAN. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo no sentido de que na nova Lei da Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja elevada a comarca de Marialva de entrância inicial à Entrância Intermediária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado às diretorias das empresas construtoras de postes de concreto denominadas "Postes Romagnole", no Município de Mandaguari e "Postes Paraná", no Município de Maringá, bem como às similares paranaenses do setor, visando a montagem de projeto do que seria o Poste de Concreto - Padrão Popular, de baixo custo para um estudo comparativo mais concreto a respeito da validade da aventura do poste de madeira, num Paraná ecologicamente devastado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos senhores deputados federais, componentes da bancada do Paraná, manifestando e encarecendo voto contrário ao Decreto-Lei n.º 2045. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o fornecimento de cópias do Relatório referente ao projeto de reforma administrativa aos senhores deputados, cujo trabalho foi encaminhado a representantes das Secretarias do Planejamento, Finanças e Casa Civil. — Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:



REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 08, 10, 13 e 61/83.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 56, 57, 68, 69, 70, 71, 72 e 73/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 99/82 e 27, 36 e 68/83.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 82/83.

A Presidência convida os senhores deputados para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senador Teotônio Vilela, no dia 06 do corrente mês, no plenarinho desta Casa.

Levanta-se a Sessão.

**Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do senhor deputado Nilso Sguarezi, em sessão do dia 01 de setembro de 1983.**

#### “A TRAVESSIA

(Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 24 de agosto de 1983, pelo presidente do Diretório Nacional do PMDB, deputado ULYSSES GUIMARÃES)

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1983 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Werner Wanderer e Amélia Hruschka.

Às 17:00 horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quíelse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57); achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 12/83, que estabelece redução sobre multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 12/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, que se encontrarem em atraso com suas contribuições será concedida a redução sobre multa, juros e correção monetária incidentes, nas seguintes condições:

I — redução de 90% (noventa por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei;

II — redução de 70% (setenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei; e

III — redução de 50% (cinquenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei.

Art. 2.º — Esta lei não beneficiará aqueles serventuários que já utilizaram das anistias anteriores, concedidas pelas Leis n.º 7.210, de 17 de outubro de 1979 e n.º 7.498, de 1.º de outubro de 1981.

Art. 3.º — O IPE expedirá, em 15 (quinze) dias as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43/83, que denomina “Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto”, o estabelecimento de ensino de segundo grau, da cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 43/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado “Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto”, o estabelecimento de ensino de segundo grau, da cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 62/83, que eleva para 11 (onze), o número de vereadores à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, para a próxima legislatura. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 62/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, passa a contar, a partir da próxima legislatura, com 11 (onze) vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 91/83, que concede ao senhor TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, o título de Cidadão Honorário do Paraná – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 91/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Artigo único – Fica concedido ao senhor Teotônio Brandão Vilela, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO – Relator

Esta Presidência quer convidar os senhores deputados para entrega do título de Cidadão Honorário ao Sr. Teotônio Vilela, que será entregue no dia 06 de setembro, às 17:00 horas, no Plenarinho desta Casa.

Esta Presidência acusa com satisfação e saúda a presença neste Poder Legislativo, de uma delegação de moradores de bairros de Curitiba.

Os visitantes serão recebidos, logo mais no plenário, por Parlamentares desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declara encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.